

DHEPI - Pós-graduações
(2011-2012)

Curso de Doutoramento/3º Ciclo em História

Autor: **Ana Sofia Vieira Ribeiro**

Título: ***Mechanisms and criteria of cooperation in trading networks of the First Global Age. The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597.***

Palavras-chave: Cooperação, redes comerciais, confiança, reputação.

Resumo

A cooperação é um comportamento essencial na sociedade humana, de acordo com o qual as pessoas unem esforços para obter um benefício a um custo mínimo, mesmo tendo objetivos e motivações diferentes. Esse tipo de comportamento ganha formas específicas em redes de comércio e em mercados financeiros, no presente ou no passado. Esta dissertação pretende focalizar a atenção no estudo dos mecanismos e critérios de cooperação neste tipo de redes, no século XVI, através de um estudo de caso: o do cristão-novo castelhano Simon Ruiz, cuja actividade se estendeu por toda a Europa e nalguns espaços coloniais de Portugal e Espanha. Para este propósito, letras de câmbio e correspondência comercial de sua empresa são as principais fontes primárias para testar quatro hipóteses diferentes: 1) A dinâmica da cooperação numa determinada rede histórica, além de condicionada por questões de conjuntura económica e política, estava relacionada com factores intangíveis, como a confiança, a reputação, o boato, ou o risco. 2) As redes de negócio tinham um ciclo de vida dinâmico: elas surgem, alteram-se e terminam de acordo com a sua própria dinâmica e pressionadas por circunstâncias contextuais. 3) Os parceiros comerciais têm a tendência a ser mais punitivos em relação à quebra das normas criadas pelo funcionamento da rede. 4) A endogamia familiar e étnica de uma rede económica e financeira no século XVI era limitativa. A metodologia incide sobre a análise de redes, a partir de uma base de dados de matriz prosopográfica, cujo registo incide sobre biografias dos vários agentes.

Os resultados apresentados baseiam-se no ciclo de vida da rede comercial e financeira de Simon Ruiz, dividido em sete períodos cronológicos distintos. A evolução da rede foi profundamente marcada pela conjuntura histórica que trouxe oscilações nos mercados e na distribuição geográfica e social dos fluxos de capital. A actividade da rede foi sustentada por uma rápida e frequente mudança de parceiros, sendo os agentes com um maior grau aqueles que persistiram ao longo do tempo. A presença de certos indivíduos em locais estratégicos parece ter sido o factor chave para a inclusão de indivíduos na rede. A escolha de parceiros parece ter-se tornado estratégica na evolução da actividade desta companhia, que pretendia atingir uma certa estabilidade, que a fizesse resistir às múltiplas convulsões económicas coevas, e maximizar os seus lucros. Estes objectivos determinavam o tipo de parceiro a incluir e excluir da rede. A actividade comercial e financeira de Simon Ruiz não assentou num núcleo inicial fechado e assente numa série de agentes do mesmo grupo familiar, confessional ou de naturalidade geográfica. Pelo contrário, a escolha de parceiros para ter sido presidida por critérios de racionalidade económica. Interessava a associação com que ofereciam melhores possibilidades de negócios lucrativos e melhores contactos, independentemente de pertencerem à mesma família, mesmo grupo religioso ou serem oriundos do mesmo espaço geográfico.

Desta forma, o mecanismo de cooperação mais frequente não foi a selecção de indivíduos geneticamente relacionados. O mecanismo de cooperação mais frequente foi a reciprocidade indirecta, ou seja, os indivíduos cooperavam no intuito que outros agentes, que não apenas aqueles com quem cooperavam, pudessem no futuro cooperar com eles. Neste mecanismo de cooperação, a reputação desempenha um papel essencial. Por outro lado, as dinâmicas de cooperação faziam-se acompanhar pontualmente por episódios de recusa de cooperação. Como estes episódios aconteciam, normalmente, em relações mais perenes no tempo, o balanço positivo da colaboração fazia com que estes episódios fossem esquecidos e a cooperação persistisse. Pelo contrário, episódios de engano deliberado conduziam ao final da relação de cooperação. Neste sentido, os mecanismos de punição que prevaleciam para sustentar a cooperação na rede eram o ostracismo económico e a sinalização da realização de bons negócios ou de perdas e falências.

Orientadoras: Prof^a Doutora Amélia Polónia e Prof^a Doutora Margrit Schulte-Beerbhül.

Data de defesa: 22 de Dezembro de 2011.

Autor: **Rosa Maria dos Santos Capelão**

Título: ***O culto de relíquias em Portugal nos séculos XVI-XVII. Contexto, norma, funções e simbolismo.***

Palavras-chave: Relíquias, Contra Reforma, crenças, medicina popular.

Resumo

O objeto de investigação em que nos centramos na nossa tese de doutoramento foi o culto de relíquias em Portugal nos séculos XVI-XVII. O seu estudo foi efectuado, de forma articulada, em torno de quatro vectores, explícitos no seu título: contexto, norma, funções e simbolismo. Encontrar contextos de sentido, identificar modelos de sensibilidade e compreender a representação colectiva da força actuante das relíquias no contexto de estudo, foram alguns dos tópicos deste projecto. Para concretizá-lo buscamos compreender a norma e as práticas em torno das relíquias, mas também as suas funções, sentimentos e pensamentos em relação às mesmas.

O nosso universo de trabalho configurou-se a partir da constatação da presença estruturante das relíquias no quotidiano vivencial do homem europeu dos séculos XVI e XVII. E a nossa observação recaiu, pois, sobre o homem que neste contexto acredita no poder das relíquias e comunga na crença do sobrenatural. E isto porque consideramos os aspectos da subjectividade humana, como são as crenças, a imaginação interpretativa e os problemas de transcendência, como sendo componentes essenciais para compreender a história e para entender como o homem confere sentidos e intervém na realidade que o rodeia.

É ainda nossa convicção que, sendo reconhecida a influência da Igreja sobre as sociedades católicas de Antigo Regime, em âmbitos e processos mais amplos que os estritamente religiosos, se devia também auscultar, em simultâneo, o processo inverso, isto é, a inclusão de processos devocionais e de práticas culturais dos crentes no universo institucional da Igreja. Procuramos fazê-lo num contexto pós-tridentino, afastando-nos do âmbito exclusivamente institucional e clerical, e centrando-nos no fenómeno religioso em si.

O fenómeno em estudo – o culto das relíquias – é transversal a todo o universo cristão até ser posto em causa e rejeitado nos contextos da Reforma Protestante. Nos séculos XVI e XVII, na esfera da Contra Reforma, entraram em cena, novos e diferentes espaços de crenças e foram reformuladas algumas das normas que condicionam as práticas. Sendo Portugal um dos primeiros espaços que aplicou a normativa de Trento, o espaço seleccionado constituiu-se, a nosso ver, como um perfeito cenário para a análise das matérias em questão, que se posicionam no cruzamento de práticas e crenças com modelos devocionais que são difundidos e buscam ser impostos, em contextos de reforço de poder e de autoridade por uma Igreja Católica cuja legitimidade é questionada pelos movimentos de Reforma religiosa.

Tendo como pergunta de partida a de saber como se teria processado o culto de relíquias no Portugal dos séculos XVI e XVII, outras questões mais específicas orientaram a nossa investigação. Quais são os usos e funções das relíquias? Quais os contextos de significado através dos quais se processa a compreensão de um sistema simbólico de imagens e representações, referido ao culto das mesmas? Como se posiciona o controlo normativo eclesiástico em relação às relíquias? Existem, no universo católico, perspectivas críticas em relação a sua presença? Existem diferentes modelos de sensibilidade em relação ao corpo como fonte de relíquias? É sempre esta manifestação religiosa tão irracional e supersticiosa como se vem sublinhando continuamente no discurso historiográfico? Existem especificidades na presença de relíquias em Portugal em relação a outros países do sul de Europa?

Procuramos compreender globalmente quadros normativos, práticas devocionais e atribuições de sentido que fossem transversais ao espaço português, e por isso mesmo o universo de trabalho seleccionado esteve constituído principalmente por fontes narrativas impressas: *Constituições sinodais*, *Relações de Trasladações de relíquias*, *Hagiografias* e *Crónicas* de Ordens religiosas. Dentro deste universo seleccionamos o que acreditamos ser uma mostra representativa.

Em quanto aos métodos de observação, temos que sublinhar que a singularidade de um fenómeno religioso como é o culto de relíquias, tendo como objecto de estudo o racional, o emotivo, o imaginário, o inconsciente, as condutas, obrigou a produzir meios singulares para interrogar as fontes e verificar respostas. Para isto, foram outras disciplinas, para lá da História, que nos proporcionaram as ferramentas

que nos permitiram aceder à subjectividade humana, às suas representações colectivas, e em definitivo nos guiaram no trabalho de como ver o passado. A transdisciplinariedade apresenta-se, neste contexto, não como uma opção metodológica, mas antes como algo estritamente necessário. E ainda que principalmente tivéssemos recorrido à antropologia, disciplina que nos proporcionou os mecanismos operativos para poder aceder ao trabalho interpretativo, também fizemos uso dos conhecimentos das ciências cognitivas (neurologia e psicologia) no seu tratamento das crenças e das emoções. Esse procedimento levantou novas questões, e permitiu-nos aplicar metodologias não estritamente historiográficas para sacar mais partido da informação disponível a partir das fontes históricas seleccionadas.

Ainda que tivessem sido usados métodos quantitativos para a análise de alguma informação proporcionada por algumas destas fontes, principalmente fizemos uso de um modelo de análise hermenêutico, interpretativo e qualitativo.

Estruturámos este trabalho em cinco partes. Na primeira procurámos a dimensão histórica do culto de relíquias, procurando saber como se construiu a atribuição de sentido deste objecto na história do cristianismo, apontando alguns casos que exemplificam este processo, dando prioridade aos identificados para o território que se viria a configurar como Portugal.

Na segunda parte, expusemos a normativa emanada de Roma em relação ao culto de relíquias, tendo especial atenção às directrizes tridentinas. E, a continuação, analisámos a aplicabilidade da mesma em território português a partir das *Constituições sinodais*.

Na terceira parte analisámos a dimensão social do culto de relíquias, começando por ver como estas estavam presentes no contexto em estudo. Identificámos fontes, agentes e destinatários implicados na sua circulação. E centrámo-nos especialmente numa fonte de relíquias específica: os novos santos. Também identificámos vozes dentro do catolicismo que questionaram o modelo devocional em torno ao culto de relíquias, difundido por Trento e trataram de travar práticas exageradas em relação à sua consagração.

Na quarta parte centrámo-nos numa das funções sociais específicas das relíquias: o seu protagonismo em curas prodigiosas, quer dizer, a sua função taumatúrgica. Identificámos os contextos de sentido que giram em torno deste processo, questionando o seu carácter irracional e supersticioso que sempre lhe é atribuído.

Na última parte, identificámos modelos de sensibilidade que se configuram em torno do corpo morto como produtor de relíquias, e prosseguimos com a abordagem da emoção religiosa desatada na vivência do culto das mesmas. Nestes dois últimos apartados tivemos em conta as estratégias cognitivas, tanto racionais, como emocionais que estão por detrás desta manifestação religiosa, pois somos da opinião de que, é partindo do individual que podemos entender como um culto destas características se transforma num acontecimento que vincula a toda uma comunidade que comparte os mesmos significados. E assim fomos articulando uma dimensão cognitiva com uma dimensão cultural.

No contexto em análise, as relíquias formavam parte de uma cosmologia hierarquizada de intermediação no sistema religioso que habitam, das quais as populações querem beneficiar, pois elas são um objecto tangível, uma imagem com uma presença mágica que pode mediar na relação com o transcendente. Isto assenta na crença de que o poder de intermediação e intercessão que é atribuído a certas personagens especiais é transmitido, por uma capacidade de contágio, aos seus restos ou aqueles objectos com os que estiveram em contacto durante a sua vida ou depois de mortos.

A Igreja Romana estimulou o rol dos intercessores divinos, e optou por continuar com esta forma exteriorizada de expressão dos sentimentos religiosos, frente às críticas de idolatria e superstição imputadas ao culto de imagens, santos e relíquias apresentadas pelos movimentos de Reforma Protestante. Mas este processo pretende-se controlado por uma hierarquia eclesiástica, que pretende impor a sua visão do mundo, despojando os laicos dos seus instrumentos de produção e interpretação simbólica.

Cremos ter provado que a interiorização do discurso tridentino em relação a um culto de relíquias dignificado, controlado e afastado de toda superstição, no contexto em estudo, os séculos XVI-XVII, não foi possível. Como pudemos demonstrar, a aplicabilidade da norma no domínio da autentificação de relíquias que se pretendeu monopolizado pelas autoridades eclesiásticas, não foi possível. As vontades “populares” continuaram, como em épocas anteriores, a ter um papel activo na consagração de relíquias.

Pudemos ainda demonstrar que os próprios agentes religiosos, nos discursos propagados através da pregação ou das narrativas hagiográficas sobre certos indivíduos, que morreram com fama de santidade, alimentaram um discurso, largamente difundido, que acaba por fazer da voz do povo o protagonista de um processo de consagração de relíquias, ainda que desviado, pois este ocorria independentemente da norma proclamada.

Tentamos também compreender o porquê da sobrevivência desta manifestação religiosa até os nossos dias, apesar da emergência do paradigma científico. E concluímos que isto é devido a que esta devoção dá sentido ao mundo em domínios da subjectividade humana que são difíceis de controlar. Uma relíquia é um elemento simbólico, que participa na atribuição de sentido ao mundo, quer dizer, que interfere na forma como este é *explicado*, e sobre tudo como este é *sentido*.

Para demonstrar isto, foi a nossa intenção expor, ademais da dimensão social do culto das relíquias, o *locus* mental que está por trás desta manifestação religiosa. Por isso, a partir de práticas sociais identificadas, avançamos sobre a análise das estratégias cognitivas, tanto racionais como emocionais, que vivem ao redor deste fenómeno religioso. E isto se fez em primeiro lugar, a partir de análise de uma função social específica de que são protagonistas: a função taumatúrgica sobre o corpo doente. Vimos como nas práticas descritas nas narrativas hagiográficas, existem regularidades e padrões que descortinamos com ajuda de um sistema interpretativo proporcionado pela antropologia (o da medicina popular). Onde pusemos a prova o carácter irracional e supersticioso que sempre é atribuído ao culto de relíquias. E em segundo lugar através da análise do fenómeno da incorrupção, um cenário de consagração de relíquias a partir da materialidade cadavérica, onde pudemos ver como este processo tem implicações no território das emoções, desatando os aspetos mais irracionais que são atribuídos a esta manifestação religiosa.

Quanto às implicações do nosso estudo, esperamos ter logrado somar valor a um campo de estudo como é o das crenças religiosas. Através da análise das relíquias intentamos compreender a conexão entre representações mentais individuais e as totalidades sociais. Elas nos deram acesso à subjectividade humana, e trouxeram à superfície os processos cognitivos (racional e emocional) implicados no processo de criar e transmitir significados, que são socialmente compartilhados, e que são de larga duração. Também pensamos ter somado valor a uma metodologia de trabalho, onde o recurso a outras disciplinas se apresenta como um imperativo.

Orientadora: Prof^a Doutora Amélia Polónia.

Data de defesa: 16 de Dezembro de 2011.

Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3.º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário

Autor: **Hélder Tiago Ferreira Quintas de Oliveira**

Título: ***Geografia, História e Paisagem: uma experiência pedagógica de integração de saberes no âmbito de uma visita de estudo***

Palavras-chave: interdisciplinaridade; didática da geografia; didática da história, paisagem; visita de estudo; educação integral; educação integradora.

Resumo

Face ao novo perfil de formação inicial de professores de História e Geografia e à necessidade de se promover uma educação integral e integradora com cada aluno, no contexto de uma sociedade cada vez mais especializada, considerou-se pertinente concretizar uma experiência de ensino-aprendizagem interdisciplinar, envolvendo as disciplinas curriculares de História e Geografia, no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

O quadro teórico do trabalho centra-se na problemática da integração de saberes e da interdisciplinaridade, tendo em vista a educação integral e integradora dos alunos. Entendemos, assim, que é função da escola procurar fomentar a integração de saberes.

Desenvolvido no contexto de iniciação à prática profissional do Mestrado em Ensino de História e Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o presente estudo concretizou-se através da realização de uma visita de estudo, visando a integração de saberes geográficos e históricos relativos ao 7.º ano de escolaridade. Assim, foram envolvidas, na experiência de ensino integrado, duas turmas do 7.º ano da Escola E. B. 2,3 de Santiago – Custóias, em Matosinhos, escola onde se realizou o estágio.

Considerou-se, como estratégia fundamental de operação da interdisciplinaridade, o recurso às potencialidades didáticas da paisagem.

Para se avaliar e analisar o trabalho e a aprendizagem desenvolvidos pelos alunos, durante a visita de estudo, procedemos à construção de instrumentos que possibilitaram realizar essa análise numa perspetiva contínua, integrada e o mais integral possível. Os instrumentos de recolha de dados, bem como os procedimentos de análise dos mesmos, são vários e diversos, pois os instrumentos têm especificidades que justificam formas de análise distintas.

Assim, o roteiro da visita de estudo, que serviu de guião para o dia, teve a preocupação de integrar saberes e de ser pedagógico-didaticamente adequado e motivador para os alunos. Para tratamento dos dados recolhidos através deste instrumento, procedemos à correção dos roteiros, segundo critérios previamente definidos, para, depois, apresentarmos uma análise quantitativa das percentagens de sucesso.

Em relação ao *peddy-paper*, que procurou conciliar o carácter lúdico intrínseco à atividade, e que é indispensável para motivar os alunos, com a aprendizagem por descoberta sobre determinado tema e/ou local, realizámos a verificação do cumprimento das tarefas por parte dos alunos, com a atribuição da respetiva pontuação.

Para procedermos à avaliação atitudinal, recorreremos à grelha de avaliação que construímos completando-a com os dados obtidos através da observação das atitudes manifestadas pelos alunos ao longo da visita de estudo, verificando, depois, quais foram as atitudes mais desenvolvidas.

No sentido de complementarmos a avaliação do roteiro e do *peddy-paper* e procurando demonstrar que a paisagem pode ser um recurso importante para fomentar o desenvolvimento da aprendizagem integradora dos alunos, decidimos analisar o conteúdo particular de algumas tarefas do roteiro e do *peddy-paper* que consubstanciaram momentos em que os alunos foram desafiados a descreverem paisagens e a realizarem esboços das que observaram.

Um outro instrumento fundamental de recolha de dados foi o comentário e análise que os alunos efetuaram, por escrito, no dia seguinte a terem realizado a visita de estudo. Este instrumento é fundamental para percebermos de que forma os alunos percecionaram a construção da sua própria aprendizagem e o dia da visita de estudo. O tratamento dos dados efetuou-se através de técnicas de análise de conteúdo das

mensagens e opiniões expressas.

A análise de todos estes dados revelou diferenças de desempenho entre as duas turmas, em termos de aprendizagem desenvolvida, bem como quebras nesse processo de aprendizagem, em especial no período da tarde.

A paisagem foi um recurso motivador, estimulador e suscitou os conteúdos conceptuais geográficos e históricos, mas, também, os conteúdos procedimentais e atitudinais, transversais a várias áreas do saber.

As apreciações que os alunos fizeram das paisagens observadas foram positivas e agradáveis, sendo um exercício que permitiu desenvolver sentimentos de valorização paisagística, criando laços de afetividade com o território, sentido e percebido de maneira diferente por cada um. Estes laços afetivos para com os territórios e para com os seus componentes, consubstancia o desenvolvimento de competências gerais e transversais do ensino básico, e permite o desenvolvimento sócio-afetivo dos alunos e a noção de que as paisagens são um valor a proteger e a preservar, identificador e caracterizador dos territórios. Desta forma, espera-se que esta e outras experiências deste género contribuam para a formação integral e integradora de cidadãos implicados numa ação consciente e responsável, concretizando o processo de educação histórica e geográfica, mas, também, cívica.

Foi claro que, para os alunos, a experiência de integração de saberes, potenciada pela visita de estudo, foi motivadora, por diversos fatores que os mesmos apresentaram.

O ensino concreto motivou os alunos, na medida em que, demonstrando que a realidade é suscetível de ser analisada por diferentes perspetivas, contribuiu para a descompartmentação das estruturas mentais pouco habituadas ao cruzamento de saberes disciplinares.

Pensamos que toda esta experiência de ensino/aprendizagem mostrou que as visitas de estudo, bem como as estratégias e recursos nela utilizados, contribuíram para a promoção e desenvolvimento de uma educação integral e integradora, comprovando que é possível fazer um esforço de convergência no sentido de integrar saberes e facilitar o processo de aprendizagem dos alunos.

Orientadores: Prof^a Doutora Olga Maria de Sousa Lima e Prof^a Doutora Maria Felisbela de Sousa Martins.
Defesa de provas: 3 de Dezembro de 2011.

Autor: **Luís Pedro Sousa Silva**

Título: ***Os Mapas no Ensino da História: das Orientações Curriculares às Práticas Docentes***

Palavras-chave: Ensino, História, Geografia, Cartografia temática

Resumo

O tema deste trabalho permitiu-nos abordar um conjunto de questões educativas importantes a partir de um instrumento que é tradicionalmente associado ao trabalho do geógrafo – o mapa. Todos reconhecemos os mapas como uma ferramenta indispensável para a análise geográfica. No entanto, os mapas não devem estar confinados às aulas de Geografia. A competência cartográfica, no seu sentido mais lato, é uma competência útil e, nalguns casos, imprescindível a outras áreas do saber como por exemplo, a História.

Com efeito, nesta dissertação procurámos avaliar a proficuidade da utilização dos mapas no ensino da História. Nesse sentido, tentámos obter resposta às seguintes questões de investigação: qual o lugar dos mapas nas orientações curriculares e nos manuais escolares de História? Em que medida a exploração de mapas nas aulas de História contribui para a construção de quadros espaço-temporais adequados ao(s) tema(s) em estudo? Que conhecimento histórico constroem os alunos a partir da utilização de mapas? Qual a utilidade que os alunos conferem aos mapas na disciplina de História?

Para tentar responder às questões referidas, analisámos as orientações curriculares de História do 3.º Ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário e trabalhamos dois manuais escolares de História - um do 9.º ano e outro do 10.º ano de escolaridade. Além disso, optámos pela aplicação de quatro instrumentos: (i) um mapa mental elaborado pelos alunos; (ii) um mapa mudo, para a localização e identificação de factos/acometimentos históricos; (iii) uma prova escrita; (iv) um documento cartográfico, no qual constavam alguns erros relacionados com os elementos do mapa.

O estudo envolveu uma turma do 10.º ano de escolaridade. A turma era composta por 29 alunos, 10 do sexo masculino, 19 do sexo feminino. A média de idades era de 15,2 anos (D.P.: 0,7), oscilando entre os 14 e os 17 anos. Sendo uma turma na qual o investigador leccionou a disciplina de História, pudemos, facilmente, desenvolver os exercícios em contexto de sala de aula.

A recolha de dados foi iniciada no dia 25 de Outubro de 2010, altura em que leccionamos a nossa primeira aula na turma de 10.º ano. O tema da aula foi o «Urbanismo no Império Romano», tendo sido explorados vários mapas. No final da aula, após terem sido explicadas as intenções, os objectivos do estudo e a forma como iria decorrer o processo de recolha de dados, e depois de retirar os mapas parietais e de pedir aos alunos para ficarem apenas com um lápis e uma borracha em cima da mesa, foi entregue a cada aluno uma folha de papel A4 em branco, na qual deveriam construir um mapa mental inspirado no tema: *Grécia e Roma no Mediterrâneo (séculos V a.C. – IV)*. Nenhuma outra indicações foram dadas para a elaboração do exercício a não ser a indicação do título e o material a utilizar.

No dia 11 de Novembro de 2010, tivemos a nossa segunda aula com a turma do 10.º ano de escolaridade. Desta vez, a lição foi consagrada ao tema «A queda do Império Romano (crise interna e invasões bárbaras)». Ao longo da aula, os alunos, em diálogo com o professor, exploraram um conjunto diversificado de mapas sobre as transformações geopolíticas da Europa, entre os séculos IV e VI. No final da aula, foi pedido aos alunos que, num mapa mudo, localizassem e identificassem factos/acometimentos históricos inspirados no seguinte tema: *A Península Ibérica após as invasões bárbaras (século VI)*. No momento em que a actividade foi realizada, os mapas parietais já não estavam expostos e os alunos, nas suas carteiras, apenas tinham o mapa mudo e o estojo.

No dia 22 de Fevereiro de 2011, os alunos da turma de 10.º ano realizaram uma prova escrita de História. A prova apresentou três grupos de itens. Cada grupo baseava-se na análise de diferentes documentos, entre os quais se contavam cinco mapas.

No início da aula de História do dia 14 de Março de 2011, cada aluno da turma de 10.º ano recebeu um mapa sobre o comércio europeu no século XIII. Nesse mapa introduzimos sete erros relacionados com os elementos do mapa, que os alunos deveriam identificar.

As conclusões deste estudo apontam para o reconhecimento de que os mapas constituem, de facto, um importante e útil instrumento de estudo na disciplina de História, ainda que, nalguns casos, sejam

claramente desvalorizados.

- Os documentos curriculares de que os professores dispõem para a disciplina de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário são bastante precisos quanto ao lugar que os mapas devem ocupar no ensino desta disciplina e sugerem a sua utilização sistemática. Todavia, os conteúdos desadequadamente extensos dificultam a realização sistemática de actividades mais prolongadas, como por exemplo a elaboração de mapas ou a sua análise cuidada e aprofundada. Também não sobra muito tempo para a diversificação de metodologias, onde o trabalho de investigação predomine e os mapas constituam um instrumento de pesquisa imprescindível.

- A partir da análise de dois manuais escolares de História – um do 9.º ano e outro do 10.º ano de escolaridade –, verificamos que os mapas não só escasseiam em ambos, como são de pequena dimensão. No entanto, apresentam-se, de um modo geral, bem elaborados e contam com algumas questões destinadas à sua exploração e/ou construção.

- Os mapas constituíram um recurso imprescindível nas nossas aulas de história, na medida em que a sua exploração permitiu a construção de quadros espaço-temporais adequados ao(s) tema(s) em estudo. A sua presença assídua nas aulas desta disciplina, ajudou a evitar e a desfazer equívocos, como confundir o espaço histórico de uma determinada sociedade com as suas fronteiras políticas e/ou culturais actuais.

- A utilização de mapas nas nossas aulas de História contribuiu substancialmente para que os alunos expandissem o seu conhecimento sobre o passado, mas também a sua capacidade de examinar criticamente esse conhecimento. A partir da exploração dos mapas, os alunos envolveram-se nos conteúdos, analisaram, discutiram e questionaram, o que os beneficiou certamente mais do que decorar (e depois esquecer) uma longa lista de conteúdos históricos.

- Os alunos revelaram ser capazes de identificar cuidadosamente os elementos do mapa que permitem interpretar a sua linguagem (título, legenda, orientação e escala). Todavia, na realização de uma prova escrita de História, a maior parte dos alunos que participaram neste estudo ignorou o potencial dos mapas enquanto fonte de informação. Com efeito, advogamos que não basta apenas garantir a exploração de mapas na sala de aula, devemos também assegurar, através da interacção com os alunos, que estes estão sensibilizados para a importância da análise de mapas na construção do saber histórico e detêm capacidade para utilizar este recurso.

Orientadores: Prof. Doutor João Carlos Garcia e Prof.^a Doutora Maria Felisbela Martins

Defesa de provas: 16 de Novembro de 2012

Autor: **Marisa Ferreira Tavares**

Título: ***Vem e Vê. A utilização do filme no processo de ensino-aprendizagem de História e Geografia.***

Palavras-chave: Cinema, recursos audiovisuais, educação histórica, educação geográfica, cidadania.

Resumo

O relatório final reflete sobre a utilização do filme, no processo de ensino-aprendizagem em História e Geografia. Procuremos tentar perceber se os filmes podem e devem fazer parte da escola e do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo, não só para ensinar conteúdos de História e Geografia, mas, também, para uma educação dos valores que visa a cidadania.

A escola desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos. Sabendo que os audiovisuais, os Média, incluindo o cinema, constituem um meio de agrado evidente por parte da esmagadora maioria dos alunos, o professor pode e deve utilizá-los em sala de aula.

Durante o ano de estágio, utilizámos o cinema como suporte para as matérias curriculares de História e Geografia, ao mesmo tempo que educámos para os valores, pois o cinema tem uma função de cidadania.

Para tratar este tema da utilização de filmes no processo ensino-aprendizagem, os filmes escolhidos foram os seguintes: no caso da História o filme *Vem e Vê*, realizado por Elem Klimov e no caso da Geografia, *O Fiel Jardineiro* realizado por Fernando Meirelles.

Assim sendo, optámos por utilizar como metodologia de trabalho a aplicação e análise de conteúdo aos dados presentes num questionário, entregue aos alunos, aplicado ao filme *Vem e Vê*, e de diários de aula elaborados pelos alunos, após a visualização do filme *O Fiel Jardineiro*.

Através do filme de *Elem Klimov, Vem e Vê*, apercebemo-nos da importância do ensino da guerra para levarmos em diante uma educação para a paz. Pois só vendo e tendo conhecimento dos horrores da guerra é que aprendemos a verdadeira necessidade de existir paz.

Por outro lado o filme de Fernando Meirelles, *O Fiel Jardineiro*, ao mesmo tempo que ajuda a desenvolver e a manifestar atitudes importantes para a formação do jovem e do cidadão, é um excelente filme para lecionar os conteúdos programáticos do 9º ano (contrastes de desenvolvimento).

O propósito, com a apresentação dos filmes foi levar os alunos a uma melhor aprendizagem, pois os filmes, como recurso, podem contribuir para isso. A metodologia de trabalho que adotada ajudou a entender melhor se realmente, os filmes foram significativos para os alunos e se através deles foi possível aprender melhor os conteúdos temáticos abordados, tendo em conta, sempre, uma educação para a cidadania, pois um dos principais objetivos da escola deve ser o de formar cidadãos.

Promover a utilização dos audiovisuais, dos Média e do cinema nas escolas é algo digno, reformador e até revolucionário.

Os filmes podem e devem ser aproveitados como recursos, como estratégias de ensino-aprendizagem. Filmes contam histórias de preconceitos, discriminações, injustiças, desigualdades e falta de respeito pelos seres humanos em várias partes do mundo. Estes são sem dúvida, um importante recurso didático. Ao mesmo tempo ensinam conteúdos programáticos educam para a cidadania e para os valores.

Na verdade, após ter utilizado como metodologia de trabalho a análise de conteúdo, concluímos que os filmes, se bem utilizados, contribuem de forma significativa para a aprendizagem dos alunos.

Os filmes utilizados contribuíram não só para a formação histórica e geográfica do aluno, mas também para a sua formação humana. O objetivo era que os estudantes assimilassem uma série de conteúdos e que esses de modo algum fiquem esquecidos. Pretendíamos um saber compreendido e assimilado, porque deste modo conseguimos seres pensantes, já que quem pensa decide por si mesmo.

Ambos os filmes, mesmo apresentados de maneiras diferentes, foram significativos, ensinaram conteúdos e educaram para os valores, respeito, tolerância e cidadania, ou seja, contribuíram para a formação dos jovens como cidadãos.

Concluímos que o cinema é um meio cultural de aprendizagem e de formação. Este pode ser utilizado na educação, pois é possível, através do mesmo, aprender conteúdos disciplinares ou interdisciplinares (por exemplo História, Geografia) e educar para os valores visando a cidadania.

O cinema pode e deve ser utilizado na educação. Um filme, se bem utilizado pode educar para a

cidadania e a tolerância pode ser vivida e transmitida através do cinema pois este pode ser uma sala de aula.

Orientadores: Prof. Doutor Luís Grosso Correia e Prof^a. Doutora Maria Felisbela Martins.

Defesa de provas Públicas: 23 de Novembro de 2011.

Curso de Mestrado em História Contemporânea

Autor: **José Fernando Oliveira Vaz**

Título: ***Teatro em Avintes. O Grupo Mérito Dramático Avintense e o Grupo Dramático dos Plebeus Avintenses (1910-1974)***.

Palavras-chave: Teatro; Grupos de teatro de amadores; Grupos populares de teatro; Avintes.

Resumo

O principal objetivo deste trabalho é a investigação das raízes e evolução do Teatro em Avintes, a partir da longa experiência de dois grupos populares de teatro com importantes e reconhecidos contributos para o Teatro em Portugal: o Grupo Mérito Dramático Avintense e o Grupo Dramático dos Plebeus Avintenses, entre 1910 e 1974. No desenvolvimento desta investigação, identificaram-se as fórmulas associativas dos dois grupos teatrais, a composição social e cultural dos seus associados, os condicionamentos históricos e financeiros dos seus reportórios e elencos, os espetáculos e a sua itinerância, o nível artístico das produções e os ecos que tiveram na imprensa dos anos 1960, a qualidade interpretativa dos seus atores e atrizes, bem como a sua transição para o teatro profissional.

O estímulo gerador deste estudo foi a constatação da escassez historiográfica sobre a realidade associativa teatral, sendo os grupos populares de teatro e o teatro de amadores expressões de uma cultura participativa através da qual os seus intervenientes buscavam a afirmação social, a democracia e a cidadania, a autoinstrução e o poder que os palcos dão. Pouco se sabe sobre a sua implantação no território nacional, a resposta dos seus reportórios às vicissitudes histórico-culturais e a importância para a dignificação e a descentralização do teatro em Portugal.

O quadro teórico e historiográfico dedicado à temática em estudo é, até ao momento, bastante rarefeito. Verificou-se que os estudos sobre os grupos populares de teatro, o seu papel e importância para a cultura das populações, para a descentralização teatral e para a evolução do teatro em Portugal se limitam a breves referências plasmadas na bibliografia disponível. Entre outros, Carlos Porto, um dos autores que mais se debruçou sobre o assunto, afirmava em 1991, no *Jornal de Letras*: “Desde finais do século passado, pelo menos, que o teatro de amadores ocupa em Portugal um lugar cuja importância a sua atual ausência nas histórias e monografias teatrais escamoteia”.

Assim, e apesar da confirmada existência e atividade dos grupos de amadores, desta cultura participativa, desta escola básica da democracia e de cidadania, desta efetiva descentralização teatral e desta partilha artística com as populações mais afastadas dos grandes centros urbanos, a verdade é que existem poucos trabalhos académicos direcionados a esta realidade cultural. Daí a pertinência deste estudo.

Nesta conformidade, a investigação assentou na consulta, análise, sistematização e tratamento quantitativo e qualitativo da documentação existente, visando a compreensão e a explicação das motivações dos amadores de teatro, das fórmulas associativas, legais, estatutárias e regulamentares dos dois grupos, das finalidades, do corpus social e cultural dos seus associados, dos meios materiais de que se socorreram, da evolução artística e estética do seu reportório, das produções, da itinerância, da qualidade e do percurso dos atores, atrizes e técnicos, bem como as repercussões que tiveram na imprensa escrita nos anos 1960 e inícios da década seguinte.

Para o tratamento quantitativo e analítico das fontes utilizou-se o programa informático Excel e, para colmatar algumas lacunas que os documentos não revelavam, recorreu-se a fontes orais e a entrevistas pessoais, por e-mail e por telefone, a atores, atrizes, técnicos e a dirigentes da Associação Portuguesa de Teatro de Amadores – APTA, da Associação Nacional de Teatro de Amadores – ANTA, e da Federação Portuguesa de Teatro – FPTA.

O estudo do Teatro em Avintes, através dos casos do Grupo Mérito Dramático Avintense e do Grupo Dramático dos Plebeus Avintenses, entre 1910 e 1974, tem como base principal a consulta e tratamento de fontes manuscritas, impressas, iconográficas, hemerográficas e arquivísticas. As fontes estudadas consistem em 1978 fichas de adesão dos associados àquelas duas associações; 991 atas das reuniões das

Direções e das Assembleias-Gerais; 278 programas e cartazes impressos para divulgação dos espetáculos; 210 artigos, referências, críticas e notícias dos jornais e de revistas, a maioria das décadas de 1960/1970 e algumas dezenas de fotos das representações. Grande parte das fontes hemerográficas encontra-se nos arquivos da Audientis – Centro do Documentação e Investigação em História Local, nos referidos grupos, mas também na posse de particulares.

Dos resultados mais significativos deste estudo, evidenciamos os seguintes:

- o movimento associativo popular teatral nasceu na segunda metade do século XIX, durante o período histórico do Fontismo, e terá resultado de uma necessidade de auto-organização, de autoinstrução cultural e artística, de afirmação social dos seus participantes e da procura de voz e de poder que um palco dá;
- o associativismo popular teatral em Avintes iniciou-se em 1874 e manteve-se com perseverança e continuidade até à atualidade, conhecendo períodos de grande notoriedade nacional;
- os grupos em estudo eram constituídos por gente da classe trabalhadora com uma formação escolar básica e que buscavam no teatro a instrução, o reconhecimento e a afirmação social;
- o Mérito e os Plebeus atraíram, no período histórico em estudo, as camadas mais jovens da população porque viam naquelas fórmulas organizativas a via para o reconhecimento social, para a iniciação à cidadania, à maturidade, à cultura e como espaços de convívio, de diversão e de sociabilidade;
- a participação das mulheres na vida associativa foi difícil e tardia: até 1974, apenas quatro mulheres se filiaram no Mérito com a manifesta intenção de representar, enquanto as sete associadas dos Plebeus tinham como principal objetivo usufruir de uma inovação técnica: a televisão;
- as associações estudadas conseguiram levar o seu teatro a localidades que ficavam a centenas de quilómetros de distância das suas sedes, apesar das tradicionais carências económicas e logísticas afetarem os grupos de teatro de amadores devido aos custos das suas produções artísticas;
- a tradição teatral dos avintenses, a qualidade de alguns dos seus atores e atrizes, os prémios nacionais recebidos e o nível de alguns dos seus espetáculos atraíram técnicos, artistas plásticos e encenadores reputados a nível nacional, servindo esta troca de saberes como “cursos de formação” para os artistas teatrais avintenses ajudando, desse modo, alguns deles a progredirem para o teatro profissional;
- o repertório das duas associações de teatro de amadores acompanharam os gostos estéticos e temáticos, os condicionamentos ideológicos, políticos, morais e culturais dos tempos históricos que atravessaram a 1.ª República e o Estado Novo. A ligeira abertura do regime nos finais da década de 1950 com a candidatura presidencial de Humberto Delgado permitiu temporariamente uma evolução do teatro amador avintense que ousou levar à cena autores até aí impensáveis de serem representados (exemplos: Bernardo Santareno, Strau Monteiro, Gorki, Steinbeck, e outros importantes dramaturgos nacionais e estrangeiros);
- nos anos 1960, os grupos em estudo, participantes assíduos dos Concursos Nacionais de Arte Dramática promovidos pelo SNI, causaram espanto e admiração pela ousadia e pela qualidade inovadora e artística dos espetáculos a ponto de, em conjunto com os grupos de teatro profissionais, independentes e universitários, uma das suas peças ser seleccionada para a categoria dos dez melhores espetáculos de teatro realizadas em Lisboa em 1969;
- a prática teatral contínua dos dois grupos fomentou o aparecimento de vocações teatrais e catapultou alguns atores e atrizes para o teatro profissional onde alguns deles ainda hoje permanecem;
- a imprensa escrita nacional dos anos 1960 e inícios da década seguinte fez eco das excelentes produções levadas à cena pelos grupos populares de teatro em estudo e vários intelectuais e teatrólogos portugueses a isso se referiram através de críticas altamente elogiosas;
- os grupos populares de teatro de Avintes, em conjunto com os grupos de profissionais, com o teatro independente, com o teatro universitário e com outros grupos de teatro de amadores espalhados pelo país, deram um contributo importante para a dignificação, evolução e sobrevivência desta arte no nosso país.

Orientadora: Prof^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Data de defesa: 10 de Novembro de 2011.

Autor: **Marcos Miguel Oliveira do Couto**

Título: ***Representações do Oriente em “O Mundo Português” (1934-1947).***

Palavras-chave: Orientalismo, alteridade, representações raciais e culturais, impensa colonial, Estado Novo.

Resumo

Para Portugal, o Oriente foi palco de um império não só territorial, geográfico e comercial, mas sobretudo cultural e imagético. O Oriente acrescentou na imaginação dos portugueses uma dimensão mágica, na qual a existência imperial se emaranhou com a identidade nacional. Assim sendo, a derrocada do Império Português do Oriente e a consequente e irreversível passagem de Portugal para ator secundário da trama colonial levou ao florescimento de uma identidade irrealista e às constantes tentativas de restaurar a glória perdida. A reinvenção sucessiva do império, primeiro no Brasil e depois em África, deve ser entendida como resposta à subalternidade de Portugal no palco internacional. O caminho para o ressurgimento começa a estar ligado ao que foi perdido a Oriente, afirmando-se cada vez mais a ideia que a restauração do império recolocaria Portugal no centro do mundo. Esta ligação da nação ao já feito e ao já sido, assim como a percepção da perda do estatuto do país, vão dominar o imaginário político e cultural nacional a longo prazo.

De facto, esta imagem distorcida que Portugal tinha de si mesmo vai ser aproveitada nos anos 1930 e 1940 pela “máquina” ideológica e propagandística do Estado Novo. O regime levou a cabo um intenso trabalho que legitimava a ideia de renascimento nacional, que retomava o já feito e o já sido. O cenário construído entrelaça, portanto, o presente no passado de forma a enaltecer as virtudes de um país com uma identidade inconfundível e inquestionável e a legitimar toda uma ação política consentânea com um passado exemplar.

A produção de uma identidade fictícia ou o camuflar de uma realidade pouco agradável pressupõe um processo de “cosmética” discursiva que pode ter múltiplas facetas mas uma única finalidade, ou seja, apenas pretende transmitir uma ideia que acaba por se revestir de uma “verdade” falaciosa. A propaganda colonial do Estado Novo encontrou esta dinâmica representativa. As mensagens e imagens que interessavam difundir, e que deveriam ter validade, iam no sentido de consagrar Portugal como império e como um colonizador exímio e exemplar. Filtrando o passado, apresentando apenas o seu melhor, cria-se um cenário que pode legitimar não a verdade mas um interesse, uma imagem e uma identidade pouco precisa. Um bom exemplo desta atitude é a forma como o regime utilizou o Oriente para legitimar-se como um civilizador nato, como merecedor de ser império. Na verdade, mais do que os territórios que dominava naquele espaço geográfico, o Oriente é uma memória, é o campo de manifestação por excelência das virtudes colonizadoras da nação. O discurso oficial sobre o Oriente tende, portanto, a esgotar-se na presença passada dos portugueses nestas paragens, valorizou constantemente uma presença já ida e que diz mais sobre a cultura que gerou estas representações do que sobre o objeto que era, teoricamente, estudado.

Estudar estas representações do Oriente é, sobretudo, debruçar-se sobre um espaço/memória mais fabuloso do que real. O Oriente tal como é dado a conhecer em *O Mundo Português*, revista de propaganda colonial publicada entre 1934 e 1947 e fonte escolhida para responder às questões que a problemática coloca, consegue flexibilizar-se em função dos desejos de quem o foi construindo. Todo um discurso foi criado tendo em vista os propósitos do regime. O Estado Novo firma, assim, a sua imagem política através de uma vasta e complexa operação restauradora, onde o Oriente, com tudo que representa no imaginário nacional, constitui-se como uma espécie de “vertigem” mística e imaginária à qual os portugueses regressavam de forma a reviver os momentos modelares do seu percurso histórico. Assim sendo, de maneira a “retomar” aquilo que já parecia perdido, é construído um cenário fabuloso, heroico e lendário que representa o passado português. Através de *O Mundo Português* é possível perceber como é recorrente o recurso ao mítico Oriente de forma a criar esta atmosfera de esplendor e virtuosismo. Aqui manifestam-se as virtudes do lusitano, demonstra-se o seu legado inesquecível à Humanidade e torna-se evidente uma forma única de lidar com os povos não europeus. Na verdade, os vestígios da glória de outrora são recolhidos e hiperbolicamente transmitidos aos portugueses para lhes suscitar orgulho, não do passado mas do seu presente, visto que eles se entrecruzavam. Filhos da mesma terra, moldados pelos mesmos hábitos, costumes e tradições, os portugueses de quinhentos foram “resgatados” para o século XX.

Com efeito, a elevação do Oriente a paradigma da atividade colonialista e imperialista do país teve como objetivo a postulação de uma nova imagem da nação através do passado. No Oriente, Portugal não explora os seus domínios, simplesmente “revive” neles de forma a legitimar a sua ação colonial em África. Esta forma de

“olhar” o Oriente levou a um completo desinteresse pelos povos que o habitavam. É, isso sim, constantemente valorizada a capacidade integradora dos portugueses e a forma como os colonizados necessitavam e conseguiam se “aportuguesar”. Na verdade, sob os desígnios do império, a pluralidade cultural dos povos colonizados foi subalternizada sob a ação do colonizador, de forma a que, aparentemente, os primeiros participassem e compartilhassem da identidade do último. A imagem de Portugal projetada pelo Estado Novo pretendia demonstrar a manifestação de uma “Portugalidade” intrínseca que revestia o espírito de cada habitante do império, independentemente de ter nascido na metrópole ou nas colônias. A estruturação e composição da sociedade colonial portuguesa, que hierarquiza a diversidade das suas culturas por diferentes “estados” ou “graus”, faz do império uma ilustração de uma identidade apenas plural na aparência, visto que projeta no sonho imperial uma unidade que traça um único caminho para todos os povos que o compõem, a cidadania portuguesa. Todo o processo desencadeado de forma a serem estabelecidos os limites – imaginários – dos graus civilizacionais entre os povos colonizados servia para perceber a que distância estariam cada uma destas populações de serem “plenamente” portuguesas. Esta foi a forma encontrada para domesticar a diferença em relação ao que era o “padrão” civilizacional a seguir e servia de “tampão”, impedindo uma participação plena dos povos inferiores no universo cultural lusitano. Em *O Mundo Português*, fonte elucidativa da estrutura e linguagem do discurso adotado pelo regime, é nítida a pretensão de legitimar esta realização. De facto, a existência superior que Portugal proporcionava aos seus indígenas estava relacionada com a própria anulação social, política e cultural do colonizado em função da identidade portuguesa. O “lusitanismo” com que se procurou cobrir toda e qualquer diferença dos povos que habitavam o império, promovendo a supressão de toda a singularidade cultural em detrimento de uma afeição quase natural à cultura portuguesa é uma ficção que pretende, através da manipulação discursiva e imagética, legitimar um empreendimento colonial amplamente redutor, que inventa uma identidade coletiva e homogênea para um conjunto de indivíduos muito distintos.

No entanto, nesta reestruturação identitária não deixava de estar presente, de forma igualmente subtil e veemente, a representação da desigualdade do colonizado em relação ao colonizador. Num projeto em que se pretendia demonstrar uma unidade nacional e uma integração cultural, a alteridade do Outro apenas encontra espaço quando o colonizador quer evidenciar os motivos que o levam a dominá-lo. Aqui fica visível a ambivalência do discurso do regime sobre os orientais. Atendendo unicamente às necessidades e vontade do colonizador era possível apresentar o oriental como modelo exemplar da colonização portuguesa, resultado do vínculo privilegiado que criou com quem o domina, como demonstrar o quão longe estava dos padrões do homem civilizado, evidenciando os argumentos que faziam dele um “primitivo”.

No âmbito teórico e metodológico, muito do que foi explicado vai ao encontro daquilo que Edward Said definiu como Orientalismo. Esta é, de facto, a principal referência da dissertação realizada e que levou à construção do enquadramento teórico da problemática, aprofundado marginalmente por historiadores portugueses como Fernando Catroga e António Manuel Hespanha. No entanto, em torno desta questão reúnem-se outros nomes. Independentemente das diferenças de interpretação e extensão do conceito, John MacKenzie, Raymond Schwab e Maria Manuela Delgado Leão Ramos foram fundamentais no desenvolvimento da perceção de um choque cultural que nem sempre tem que ser desenhado com as cores mais negras. Contudo, o estudo desenvolvido não se esgota no trilho orientalista. Toda a discussão em torno da identidade nacional e da manipulação histórica encetada pelo Estado Novo levou a que os estudos de Eduardo Lourenço, Boaventura de Sousa Santos, Luís Cunha, Margarida Calafate Ribeiro e Patrícia Ferraz Matos assumissem particular relevância neste trabalho.

Todo o caminho teórico adquire consistência através do percurso metodológico seguido. A análise discursiva dos artigos publicados em *O Mundo Português* origina um levantamento de inúmeras questões e acaba por demonstrar como o Oriente realmente favoreceu a construção ideológica e propagandística do regime, como legitimou uma pretensa identidade imperial e como possibilitou a produção da polaridade entre colonizador e colonizado. Não obstante de tratar-se de um trabalho com limitações inequívocas, procurou-se decompor a “máquina” que representava o Oriente e o oriental. Não se tratou de, à imagem do orientalista, de dar a conhecer o Oriente: pretendeu-se, isso sim, saber o seu “peso” no imaginário estadonovista.

Orientadora: Prof^a Doutora Maria da Conceição Meireles Pereira.

Data de defesa: 13 de Dezembro de 2011

Autor: **Daniel Filipe Oliveira Vieira**

Título: ***“Não podiam trabalhar com fome”. A greve de 1946 nas minas de São Pedro da Cova.***

Palavras-chave: Minas, mineiros, greves, São Pedro da Cova, Estado Novo, PCP.

Resumo

As minas de carvão de S. Pedro da Cova têm merecido nos últimos anos a atenção e análise de diferentes perspectivas académicas. Também o movimento operário de S. Pedro da Cova, as problemáticas relacionadas com as condições de trabalho e de vida dos mineiros, as lutas e os protestos decorridos dessas mesmas condições, encontram-se referenciados em múltiplas páginas que valorizam a dimensão e o significado do movimento operário na história contemporânea de Portugal.

Contudo, apesar das referências ou citações, em várias publicações, a movimentos de protesto ocorridos nas minas de S. Pedro da Cova, a ausência de trabalhos de natureza histórica, que tratem pormenorizadamente as lutas e greves desencadeadas pelos mineiros, não permitem um conhecimento abrangente deste movimento. Conjugada com outros factores, a incipiente investigação sobre esta temática, foi umas das principais razões para que o objecto de estudo deste trabalho se centrasse numa das muitas greves desencadeadas nas minas de S. Pedro da Cova, designadamente numa das mais referenciadas bibliograficamente, e a primeira mais significativa, decorrida durante o regime fascista.

Partindo da análise da informação recolhida em diversos fundos documentais, com particular destaque para o Arquivo da PIDE e o Arquivo do Museu Mineiro de S. Pedro da Cova, não ignorando outras fontes, primárias ou secundárias, que permitiram, através do cruzamento de dados, apurar novos elementos sobre a temática, procura-se com esta investigação fazer uma caracterização mais detalhada sobre a greve mineira de 1946.

Depois de uma breve caracterização, nacional e internacional, do contexto em que se desenvolve o movimento grevista de S. Pedro da Cova em 1946, foi possível conhecer os principais aspectos deste acontecimento: os antecedentes e a origem, o processo e as consequências, o alcance e o impacto de uma greve, que, não encontrando semelhança nos anos anteriores, marcou a história de luta dos mineiros de S. Pedro da Cova.

Orientador: Prof. Doutor Manuel Loff

Data de defesa: 20 de Dezembro de 2011.

Autor: **Daniel da Cunha Teixeira**

Título: ***A Rede Shell: polícia política, espionagem e resistência civil em Portugal durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1942)***

Palavras-chave: Rede Shell, resistência, sabotagens, diplomacia.

Resumo

Em finais de 1940, perante a iminência de uma possível invasão de Portugal por parte da Alemanha, da Espanha, ou ainda de um exército combinado dos dois países, os Serviços Secretos britânicos decidiram constituir no território português, e sem o consentimento do Governo de Salazar, uma organização secreta que ficaria conhecida como Rede Shell. As finalidades seriam a de formar núcleos de resistência civil e de proceder a atos de sabotagem e de destruição das principais infraestruturas do país criando, desta forma, sérios obstáculos às operações militares desenvolvidas por um exército inimigo.

Esta dissertação tem como objetivo analisar e retratar a existência da Rede Shell, o seu desenvolvimento, os seus propósitos, os métodos utilizados, assim como todo seu processo de desmantelamento por ação da polícia política portuguesa, nos primeiros meses de 1942, e as conseqüentes repercussões deste caso no relacionamento entre Portugal e a Grã-Bretanha.

A rede tinha como fim dificultar e retardar o avanço de um qualquer exército inimigo, num cenário de invasão de Portugal, e organizar grupos de resistência que atuariam depois de consumada a ocupação. Era seu dever proceder a atos de sabotagem de infraestruturas vitais para as operações militares; providenciar locais e facilidades para um possível desembarque de uma força expedicionária britânica, ou para a entrada no nosso país de contingentes militares aerotransportados e material de guerra. Cabia aos seus membros a difusão e a receção de mensagens radiofónicas e telegráficas; providenciar locais para alojamento de agentes portugueses e estrangeiros e para o armazenamento de mantimentos; a vigilância do tráfego marítimo e ferroviário, e respetivo transporte de mercadorias com destino aos países do Eixo; a recolha de informações sobre atividades alemãs em Portugal; a elaboração de listas de “anglófilos” e “germanófilos”; bem como a distribuição de propaganda inglesa.

Tudo indica que alguns elementos portugueses tenham recebido uma remuneração em dinheiro como recompensa pelos seus serviços. É também possível que outros tenham obtido determinados benefícios comerciais para as empresas de que eram proprietários. Pode afirmar-se, igualmente, que muitos dos elementos recrutados estavam diretamente associados a interesses económicos britânicos em Portugal.

Outra das particularidades da Rede Shell é a participação de elementos desafetos ao regime, sendo que esta característica é muito mais visível nos núcleos formados no Sul do país. De facto, muito mais do que na região Norte e Centro do país, no Sul a organização anglo-portuguesa parecia ser muito mais politizada, verificando-se, através dos autos da polícia política, uma participação muito mais ativa de agentes supostamente ligados à oposição reviralista e comunista ao regime de Salazar.

A P.V.D.E tomou conhecimento da existência da Rede Shell em meados de 1941 por ação de infiltrações policiais no seio da organização, bem como por informações fornecidas pela polícia política espanhola que, por sua vez, as teria recebido por intermédio da Gestapo-SD. As primeiras detenções foram iniciadas em Janeiro de 1942, prolongando-se por vários meses.

Os eventuais elementos da organização clandestina, conheceram destinos variados. Muitos foram libertados com o decorrer das investigações mas, mesmo nesses casos, os suspeitos passaram várias semanas, ou até mesmo meses, em regime de incomunicabilidade, sujeitos à violência física e psicológica dos agentes policiais. No entanto, os elementos mais destacados foram submetidos a longas temporadas de encarceramento no campo de concentração do Tarrafal e, num único caso, em Portugal continental.

Este caso causou grande tensão no relacionamento entre Lisboa e Londres não só pelo secretismo da atuação britânica, ao mesmo tempo que decorriam negociações oficiais entre os dois Governos, mas também pela participação de opositores ao Estado Novo. Se, por um lado, Salazar opta por uma política discreta com o intuito de abafar este caso, também não deixa de utilizar a situação para motivos propagandísticos e de resistência aos pedidos britânicos. Como conseqüência, também a propaganda anglófila é fortemente reprimida e as atividades no nosso país do Special Operations Executive, organismo responsável pela Rede Shell, praticamente desaparecem.

Orientadores: Prof. Doutor Manuel Loff

Data de defesa: 20 de Dezembro de 2011

Autor: **Arnold Arie van Rossum**

Título: ***A Questão das Subsistências no Porto, no período da Grande Guerra***

Palavras-chave: História Social, Primeira República, Subsistências, Agitação Popular

Resumo

A presente dissertação pretende compreender e analisar, a partir da conjuntura geral europeia, a situação de extrema carência alimentar vivida no Porto, no período da Grande Guerra.

Com o deflagrar do conflito europeu, acentuaram-se as debilidades que o país apresentava na produção de bens alimentares, nomeadamente de cereais. Os preços aumentaram, começaram a aparecer fenómenos de açambarcamento e de contrabando. Por fim, depois do inverno de 1916-1917, a fome fez a sua aparição. Nesse inverno, os Aliados tinham reforçado o bloqueio à Alemanha, tendo esta reagido violentamente, com a guerra submarina no Atlântico, procurando cortar o abastecimento aos países aliados. Em todo o lado faltavam matérias-primas e alimentos. Todos os países, beligerantes ou não, mergulharam no caos. Uns mais do que outros, mas a maioria, como aconteceu com Portugal, sofreu uma grave crise de subsistências, inflação e fome, acompanhada por uma crescente agitação operária e popular, greves, motins de rua, insurreições militares e revoluções.

Tendo em conta este contexto geral e depois de analisada a legislação produzida para fazer face à questão das subsistências, bem como o grau de eficácia dessa legislação, esta dissertação entra no cerne da problemática em estudo: a situação vivida no Porto, tendo em conta os aspetos particulares da crise nesta cidade, bem como as medidas dos poderes públicos para debelar essa crise. Nesta perspectiva, analisamos a ação do Governo Civil, a génese da Comissão Municipal de Subsistências e os seus objetivos. Finalmente, abordamos a atuação desta Comissão e a influência que o seu Presidente, Manuel Pinto de Azevedo, teve no seu sucesso.

A historiografia portuguesa tem produzido vasta bibliografia que, directa ou indirectamente, aborda a problemática das subsistências. Assim, a leitura da obra *O atraso económico português, de Jaime Reis*, permitiu-nos compreender os antecedentes económicos desde o Antigo Regime até à publicação, em 1899, da chamada Lei da Fome, que regulamentava o regime dos cereais. Também Fernando Medeiros, na sua obra *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas origens do Salazarismo*, aborda a questão das subsistências ocorrida no período da guerra como um problema estrutural do país, por um lado, com uma produção cerealífera deficitária e extremamente onerosa, por outro lado, com necessidade crescente de recorrer a importações maciças. Por sua vez, Anselmo de Andrade, na obra *Portugal Económico e outros Escritos Económicos e Financeiros*, concluiu que a situação portuguesa, se já era complicada antes da guerra, se tinha agravado muito, logo a seguir, com as dificuldades da própria compra e circulação de mercadorias, gerando fortes perturbações nos abastecimentos e graves problemas sociais. Rui Ramos, na obra *As Guerras da República*, refere-se às necessidades quer de bens alimentares quer de matérias-primas, que os países beligerantes tinham que adquirir de além-mar, dos problemas de transportes agravados pelo afundamento de navios e do caos que se instalou na Europa, devido à instabilidade política.

Entre a vasta bibliografia sobre o período que estudámos, destaque-se a obra *A História da Primeira República Portuguesa*, coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, que nos permitiu ter uma visão mais abrangente — política, económica e social — deste período e da sua problemática, incluindo, de resto, um capítulo específico sobre a economia de guerra, da autoria de Ana Paula Pires, relacionado com o nosso tema, embora focado no plano nacional.

A maioria das obras consultadas analisa esta problemática sob o ponto de vista estritamente económico e situando-se num âmbito muito geral. São, no entanto, trabalhos muito úteis, que fornecem abundante informação.

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa empírica, tivemos que nos socorrer de diversas fontes de informação que nos ajudassem a caracterizar a situação no Porto: Fundos do Arquivo Municipal do Porto, em especial, as Actas das Vereações Municipais e o Copiador da correspondência enviada pela Comissão Municipal de Subsistências do Porto; Actas dos debates parlamentares; além desta documentação, revelaram-se também muito úteis algumas fontes impressas, como o *Almanaque do Porto e seu Distrito*, corpos de Legislação e diversos jornais da época.

O desenvolvimento da investigação e o tratamento das fontes suscitaram a divisão da dissertação em três

capítulos.

No primeiro capítulo fazemos a contextualização da problemática, com uma pesquisa dos antecedentes e das condicionantes da política económica seguida pelos países europeus. Examinámos, ainda, a dependência da Europa em relação aos fornecedores do outro lado do Oceano e a importância crescente do transporte marítimo. Uma questão muito importante dividira os políticos e a opinião pública portuguesa: entrar ou não na guerra.

Ser neutral seria uma solução? Dedicámos um subcapítulo a tentar perceber quais as suas implicações.

No segundo capítulo, a nossa atenção centrou-se na questão das subsistências a nível nacional. Para se compreender a conjuntura geral que conduziu à situação de extrema carência alimentar, com todo o seu cortejo de fome e miséria, tivemos que ir à raiz do problema. A República herdara dos últimos tempos da Monarquia uma aguda questão de abastecimento de produtos alimentares, sendo o pão o mais premente, por ser a base alimentar das camadas mais pobres da população. As leis dos cereais de 1889 e de 1899, pondo fim à livre importação de trigo, que vigorava desde 1865, visavam proteger a produção cerealífera nacional. Proíbiam a importação de trigo, enquanto houvesse produto nacional. Em especial a lei de 1899, que fixava o preço do pão e cuidava de todos os pormenores desde a moagem até ao rateio. Consoante os interesses e as vantagens de quem a examinava, era considerada uma «lei benemérita» ou uma «lei da fome». Contextualizando, examinámos: os antecedentes desde os tempos da Regeneração e do Fontismo, da sua política agrícola, dos transportes e das vias de comunicação; a problemática cerealífera; a legislação protecionista e as suas características. Não tendo inicialmente uma política económica própria, a República continuou, nos primeiros anos, a seguir o modelo monárquico, com arranjos pontuais. A política seguida, a guerra e os maus anos agrícolas culminaram numa crise de subsistências e, em consequência, na degradação das condições de vida das populações. Demos especial atenção ao modo como reagiu a classe trabalhadora e o operariado a esta situação, e ao aumento da conflitualidade social. Poderiam as circunstâncias ser diferentes se Portugal tivesse uma frota comercial minimamente operacional? Fora correta a decisão de ceder à Inglaterra 80% dos barcos apreendidos aos alemães? Procurámos encontrar respostas para estas questões.

Estudámos, ainda, a legislação produzida e tentámos perceber a sua maior ou menor eficácia. Houve alguma coerência na sua produção, ao longo do período em análise? Foi bem recebida? Bem executada? Teve em linha de conta as circunstâncias da sua aplicabilidade, como as limitações locais, de transporte, da vontade dos intervenientes em cumprir e, principalmente, da sua honestidade, do desejo de pôr o interesse público acima dos seus interesses particulares? A repressão era necessária? É uma mão cheia de perguntas às quais tentámos responder. Quanto à política de abastecimentos e à maneira de colmatar os défices da produção nacional, existiam duas concepções em confronto: a primeira, seguida pelos órgãos governamentais, era a da fixação de preços — as célebres tabelas — e da imposição de restrições às importações; a segunda era uma concepção mais liberal, dever-se-ia deixar o mercado funcionar, não fixando preços nem tabelas, dando liberdade total à importação.

No terceiro capítulo, fomos ao âmago desta dissertação, a crise de subsistências no Porto. Fizemos uma análise dos acontecimentos que caracterizaram o impacto da crise na vida das populações, as especificidades do Porto e do Norte de Portugal, os diferentes tipos de reação popular, a ação dos poderes públicos. A Câmara Municipal do Porto tinha sentido, dada a ineficiência do Poder Central e da sua Comissão Central de Abastecimentos, necessidade de criar ferramentas que a habilitassem a resolver, ou pelo menos minimizar, o grave problema das subsistências na cidade. Daí a criação da Comissão Municipal de Subsistências. Acompanhámos a sua luta diária para conseguir prover a cidade com a farinha de milho necessária para o pão de cada dia, contra os açambarcadores e os especuladores que se aproveitavam das necessidades da população e da impotência dos poderes públicos para fazerem o seu negócio com práticas mais ou menos ilícitas. Mas também contra o poder central, e contra as autoridades regionais e os lavradores, que não autorizavam a saída do cereal que produziam, mesmo aquele em excesso, esperando vendê-lo no mercado negro, a preços acima da tabela. Procurámos perceber a evolução da Comissão Municipal de Subsistências, de uma posição de facilitadora para uma posição de controladora dos preços e, perante o agudizar da crise, de concorrente. Esta concorrência provocava, só por si, uma baixa de preços. As importações diretas efetuadas pela Comissão e a inauguração de duas padarias municipais foram elementos primordiais nessa luta. Finalmente, a figura de Manuel Pinto de Azevedo. O sucesso ou insucesso de todos os projetos inovadores depende, em grande medida, das pessoas que os corporizam. Quem era Manuel Pinto de Azevedo, que ideais o enformavam? Em que medida eles influenciaram a sua atuação, que mereceu tantos elogios na época e, também, o seu quinhão de ódios e inveja.

Estamos cientes de que este trabalho reflete a nossa perspectiva sobre a questão das subsistências, com as limitações impostas pelas fontes consultadas e pelo tempo de que dispusemos, não esgotando, obviamente, o tema. Entre outras pistas, fica em aberto o estudo da evolução da problemática das subsistências, para lá do período tratado nesta investigação.

Orientador: Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira

Data de defesa: 27 de Outubro de 2011

Autor: **Fernando Carlos Cerqueira Gomes Sottomayor**

Título: ***A Indústria dos Fósforos: das Origens ao Monopólio (1862-1926). O caso do Porto.***

Palavras-chave: Fósforos, Indústria, Salários, Protecionismo, Livre-cambismo

Resumo

O tema desta investigação insere-se na problemática da indústria em Portugal na segunda metade do século XIX, analisando o caso específico da indústria dos fósforos entre 1862 e 1926, ou seja, desde as origens dessa indústria até ao final do primeiro período de monopólio, prestando uma atenção especial às fábricas de fósforos do Porto.

O enquadramento social e político permitirá perceber os condicionalismos que marcaram a evolução desta indústria, bem como dos respetivos modelos de gestão (livre concorrência versus monopólio do Estado quer sob a forma de régie quer sob a forma de concessão).

O estudo centra-se no caso do Porto, onde se pretende traçar o percurso desta indústria enquanto sistema de concorrência livre e na preparação para a transformação em monopólio, que se adivinhava pela conjugação de vários fatores que se detalham, incluindo o próprio desejo dos industriais do sector.

Este estudo aborda um período de cerca de sessenta anos, com início na década de sessenta do século XIX (data dos primeiros passos desta indústria no Porto) até a sua consolidação como monopólio em 1926. Este período será subdividido em dois, cujo critério de partição tem a sua base no sistema económico aplicado — sociedades privadas, na sua génese, versus concessão do monopólio pelo Estado, em 1895. Por fim, serão analisadas as diversas facetas que rodearam a concessão entre 1895 e 1926.

Sobre as origens desta indústria não foram encontrados, até à data, estudos ou relatórios, coevos ou atuais, que nos ajudem a traçar uma linha de conduta estratégica por parte dos industriais pioneiros, o que, de resto, acontece em muitos outros sectores industriais.

É evidente que o problema é muito vasto. Falta uma análise comparativa da evolução da legislação e da efetividade da sua aplicação nos países com os quais Portugal poderia ser comparado na época, embora a obra de historiadores como Pedro Lains, Jaime Reis e Vilaverde Cabral nos faça já muita luz sobre os diversos vetores presentes no seu estudo.

Durante a segunda metade do século XIX, assiste-se em Portugal a sucessivas tentativas de implantação de diferentes rumos para a economia, com contínuas redefinições de estratégias, no sentido de procurar responder às mudanças e aos diferentes enquadramentos internacionais, com alguns momentos de sucesso, mas com um balanço, no tempo longo, altamente desfavorável para a economia e para a industrialização portuguesas.

A tese de doutoramento de Miriam Halpern Pereira, apesar de se basear no estudo do sector agrícola, não deixa de nos ajudar no contraponto para o sector industrial, apoiando-se numa imensidão de dados estatísticos. Como salientou David Justino, no recente livro de homenagem a Halpern Pereira, Desenvolvimento Económico e Mudança Social, o contributo da autora revelou-se inestimável para o confronto de argumentos sobre as políticas de livre-cambismo e protecionismo no período fontista. Este confronto, como base explicativa do atraso económico português, vai ser aprofundado, a partir dos anos oitenta, por Jaime Reis, Pedro Lains e outros, entre os quais o próprio David Justino, alargando o debate para outras reflexões que vêm contrariar a tese original de supremacia do livre-cambismo, impulsionado por Fontes Pereira de Melo, na segunda metade de Oitocentos. Parece, sim, haver, pelo menos, a admissão da ideia-base de um protecionismo que, apesar de diversas nuances, nunca deixou de ser efetivamente praticado.

A ausência de monografias específicas sobre o tema obrigou a uma pesquisa inicial mais morosa, na busca de elementos fundamentais. Com o objetivo de construir a história factual e a sua linha de continuidade consultámos exaustivamente, para o sector fosforeiro, os *Debates da Câmara dos Deputados e os Debates da Câmara dos Pares do Reino*, entre 1871 e 1910, bem como os Debates do Senado e os Debates da *Câmara dos Deputados*, já na vigência do regime republicano, entre 1911 e 1925.

Para a correspondente legislação, pesquisámos as *Fontes de Direito do Século XIX*, da Faculdade de Direito da U.L., com especial ênfase para a legislação produzida em 1891, 1892, 1893, 1895, 1899 e 1901.

Tendo curiosidade em ir mais longe na análise das unidades industriais portuenses, foi possível consultar, no Arquivo Distrital do Porto, várias escrituras de constituição de sociedade, estatutos,

dissoluções e pedidos de licenças camarárias, que nos ajudaram a recompor a estrutura do sector na cidade do Porto, e a completar a informação disponível nos *Inquéritos Industriais de 1881 e 1890*. Com a ajuda destas fontes, traçámos também uma breve panorâmica a nível nacional que reflete a importância do sector na economia, sua dimensão, características dos trabalhadores envolvidos e suas condições de trabalho.

Utilizámos, ainda, outras fontes, que nos permitiram não só obter novas informações sobre o sector como corroborar ou criticar os dados oficiais. Por exemplo, os dados relativos às fábricas existentes no concelho de Arganil e os dados dos *Almanaques da Cidade do Porto* revelaram-nos omissões e alguma falta de rigor dos agentes intervenientes nos referidos inquéritos industriais. O conjunto significativo de escrituras notariais de constituição de sociedades para instalação de fábricas de fósforos, analisadas cronologicamente, revelou-nos uma dinâmica inusitada desta indústria no Porto, no último quartel do século XIX, correspondendo ao período que Villaverde Cabral designou por «salto industrial». Paralelamente, a análise dos intervenientes nessas escrituras permitiu conhecer os agentes envolvidos e a sua importância, as suas ligações partidárias e os interesses que lhes estavam associados.

Ao nível da inovação e difusão de tecnologia, não conseguimos ainda encontrar evidências das relações da indústria nacional com a Suécia, país pioneiro no desenvolvimento de novas técnicas neste sector. Mas foi possível documentar, num caso, o exclusivo de máquinas importadas de França e, noutro, a transferência de know-how de Itália.

Estruturámos este trabalho em três capítulos. No primeiro, abordámos as empresas e as fábricas, no período anterior ao regime de monopólio, ou seja, antes de 1895. No segundo, tratámos as questões relacionadas com a intervenção do Estado. Finalmente, no último capítulo, tentámos caracterizar, sob diferentes aspetos, a *Companhia Portuguesa de Fósforos*, que funcionou, em regime de monopólio, entre 1895 e 1925.

A análise do caso do Porto revelou-nos uma forte vitalidade deste sector. Nos 27 anos que decorreram desde a instalação da primeira unidade industrial em 1862 até ao primeiro monopólio em 1895, a atividade de organização ou reorganização de unidades, o aparecimento de novos investidores, a importação de maquinaria, as parcerias com técnicos estrangeiros, a criação de postos de distribuição e os investimentos em novas instalações denotaram uma dinâmica crescente, apesar das contínuas queixas dos industriais e dos operários, sempre esperançados no apoio do Estado para melhorar as condições de desenvolvimento da indústria.

A preocupação com as questões sociais esteve sempre presente nos concursos lançados pelo Estado. O trabalho de menores, as horas de trabalho, os horários, as condições de salubridade foram sempre objeto de regulação com minúcia. A pressão do poder económico apenas se fez sentir na manutenção de substâncias tóxicas que, apesar de todas as recomendações nacionais e estrangeiras, só foi possível impor depois de implantada a República. Também aqui o poder político se mostrou fraco, defendendo pela negativa as classes mais desfavorecidas, utilizando como argumento o baixo poder de compra para abolir o fósforo branco, causador de doenças incapacitantes, não só dos trabalhadores como da população em geral.

Com a instauração do monopólio, as duas fábricas resultantes, a de Lordelo no Porto e a do Beato em Lisboa, concentraram toda a produção e, devido ao regulamento sanitário e à obrigatoriedade de presença de um médico, foi possível conter este flagelo, mas não debelá-lo.

Transversalmente, manifestavam-se as queixas relativas à qualidade. Que os fósforos molhados não acendiam, que os secos se autoinflamavam, que as caixas nunca tinham a quantidade de fósforos que indicavam, que eram perigosos para a saúde. Esta contínua falta de qualidade que se denunciava nos jornais ou nos debates parlamentares, que impedia a exportação, não parece ter sido vista com olhares corretivos, mas tão só acusativos. Pelas próprias limitações técnicas da produção, a indústria via-se confinada ao mercado interno, limitando-se a corresponder à procura nacional existente, em virtude da dificuldade de penetrar em mercados de outros países, mais exigentes na qualidade dos produtos e onde a concorrência era maior.

De futuro, novas investigações, mais completas e a nível nacional, poderão trazer mais detalhes e permitir conclusões mais sustentadas não só sobre o papel da indústria dos fósforos mas também sobre a forma como as decisões políticas e as vicissitudes económicas e sociais se repercutiram nesta indústria.

Orientador: Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira

Data de defesa: 27 de Outubro de 2011

Autor: **Paulo Jerónimo Pereira de Almeida**

Título: ***A Maçonaria no Porto durante a 1ª República***

Palavras-chave: Maçonaria, 1ª República, Porto, centros republicanos

Resumo

O objecto desta dissertação é a Maçonaria no Porto, no período da Primeira República. Pretende-se, com este estudo, perceber a evolução das lojas maçónicas no Porto, ao longo deste período, e, simultaneamente, o papel que a Ordem Maçónica desempenhou tanto no derrube da Monarquia e conseqüente implantação da República como na afirmação dos ideais republicanos, em consonância com os ideais maçónicos. Nesta perspectiva, a actividade das lojas maçónicas não pode ser analisada isoladamente, mas antes nas suas diversas interligações, com a imprensa, com os Centros Republicanos da cidade e, acima de tudo, com o poder local (Câmara Municipal e Governo Civil).

Num primeiro momento, o estudo centra-se no binómio Maçonaria/República, procurando compreender a aproximação de ideais, no período final da Monarquia, e o papel desempenhado pela Maçonaria, bem como pela Carbonária, na implantação do regime republicano em Portugal. Depois, busca-se perceber a expressão alcançada pelas lojas maçónicas existentes no Porto naquele período, a sua evolução, os meios e os espaços utilizados para a difusão da ideologia maçónica, desde a imprensa aos centros republicanos, a instituições assistenciais e de beneficência e aos centros de decisão política (em especial a Câmara Municipal). Finalmente, considerando as lojas maçónicas como espaços de sociabilidade, analisam-se em pormenor duas dessas lojas portuenses — *a Libertas e a Progreddior* —, tentando aprofundar o conhecimento sobre o seu funcionamento, os obreiros, as actividades desenvolvidas e a sua articulação com outros espaços de afirmação republicana.

Os numerosos estudos sobre a história da Maçonaria têm-se situado, na esmagadora maioria dos casos, no plano nacional, contemplando, sobretudo, as suas características gerais, sem focarem o seu papel a nível local, gerando uma imagem demasiado homogénea e desprezando as diferenças e especificidades, que só poderão ressaltar de uma análise mais fina.

Refiram-se, por exemplo, os trabalhos de António Borges Grainha e de António Carlos Carvalho, em que a abordagem da Maçonaria se situa num contexto nacional e muito focalizada na cidade de Lisboa. Bastante mais sólidos e compulsando um vasto leque de fontes, os trabalhos de Oliveira Marques oferecem-nos uma panorâmica bastante precisa da Maçonaria, com importantes contributos para a sua análise a nível local e para o conhecimento dos obreiros, embora se centre também, geralmente, no plano nacional. Revela-se, pois, de primordial importância que se empreendam estudos sobre aquela organização ao nível da segunda cidade do país. Neste caso, a bibliografia existente é escassíssima, destacando-se dois importantes artigos, ambos para o período anterior ao que abordamos na nossa dissertação: o artigo de Fernando de Sousa sobre o papel desempenhado pela Maçonaria na revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891; e o artigo de Oliveira Marques e João Alves Dias sobre a Maçonaria no Porto em finais do século XIX.

No nosso trabalho, revelou-se bastante útil a consulta de algumas obras estrangeiras mais recentes, que aprofundam o conhecimento da Maçonaria a nível internacional, destacando-se *A Trama Maçónica*, de Manuel Guerra Gómez, e *A Maçonaria Universal*, de Miguel Martín Albo.

Para a contextualização do nosso estudo, recorreremos, ainda, a algumas das muitas obras disponíveis sobre o período abordado, com destaque para a *História da Primeira República Portuguesa*, coordenada por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo.

No desenvolvimento da nossa pesquisa empírica sobre a Maçonaria no Porto no período da Primeira República, recorremos a diversas fontes de informação:

1. Documentação do Arquivo do Grande Oriente Lusitano, a mais importante para este trabalho, apesar de muitas lacunas existentes nas diversas séries guardadas nesse valioso arquivo. Foi possível colmatar algumas lacunas das séries manuscritas com a consulta de periódicos da Maçonaria publicados com regularidade no período de 1910 a 1926, nomeadamente os *Boletins Oficiais do Grande Oriente Lusitano Unido* e os *Anuários* da mesma organização maçónica.
2. Documentação relacionada com os Centros Republicanos do Porto, existentes no Arquivo Distrital do Porto, no fundo das Associações Cívicas e Religiosas. Neste fundo, pudemos aceder a estatutos e outra documentação de centros republicanos e organizações similares.
3. Outras fontes importantes para este trabalho foram: a imprensa periódica portuense no período em análise,

em particular alguns jornais com maior ligação à Maçonaria, como *A Montanha*, *A Lanterna* ou *O Norte*; alguma documentação relacionada com a Câmara do Porto, em especial as Actas de Vereações Municipais, guardadas no Arquivo Histórico Municipal do Porto; e documentação do Fundo Simões Raposo, do Arquivo da Fundação Mário Soares.

Este trabalho estrutura-se o em três capítulos. No primeiro — Maçonaria e República —, procurámos fazer uma breve contextualização da problemática proposta, para, depois, confrontar os ideais maçónicos com os ideais republicanos. Outro aspeto que tratámos neste capítulo foi o das redes maçónicas como difusoras dos ideais republicanos, partindo, desde logo, das instituições criadas pela Maçonaria que difundiram as ideias republicanas. Pareceu-nos importante, ainda neste primeiro capítulo, referenciar o papel desempenhado pela Carbonária, quer a nível nacional quer a nível local, apesar da escassez de fontes de informação sobre o assunto. Terminámos este capítulo com um assunto-chave da história da Maçonaria pouco estudado pela historiografia, a cisão de 1914, tentando compreender as suas causas e consequências.

No segundo capítulo — *Maçonaria no Porto durante a 1ª República* —, recuámos ao momento da Revolta do 31 de Janeiro de 1891, procurando, desde logo, tomar o pulso ao peso real da Maçonaria durante aquele período, com base no estudo elaborado por Fernando de Sousa, para depois perceber a evolução maçónica na cidade até à implantação da República. Seguidamente, entrámos na parte fundamental do nosso trabalho, ou seja, a evolução da Maçonaria na cidade do Porto, entre 1910 a 1926.

No terceiro capítulo desta dissertação — *Estrutura e Funcionamento das Lojas Maçónicas* —, procurámos penetrar no interior das lojas maçónicas, para perceber a sua composição, funcionamento e evolução. Para o efeito, seleccionámos duas lojas maçónicas mais importantes da cidade, para as quais dispúnhamos de informação mais detalhada — *as lojas Libertas e Progreddior*.

No final, apresentámos alguns anexos que nos pareceram pertinentes para uma melhor fundamentação de alguns pontos do nosso trabalho, quer alguns documentos, quer alguns quadros resultantes do tratamento documental que realizámos.

Do exposto, concluímos que não foi somente nos órgãos de poder local que os «irmãos» maçons foram influentes. Na imprensa portuense, alguns dos seus «obreiros» faziam parte do corpo editorial de diversos jornais. Neste período cronológico, existiram alguns jornais manifestamente ligados à Maçonaria da cidade, sendo os casos mais relevantes os jornais *A Montanha* e *A Lanterna*, que faziam, abertamente, a apologia dos ideais maçónicos.

A ordem maçónica patrocinou, ainda, a organização da Carbonária, alavanca decisiva da Revolução do 5 de Outubro de 1910, à qual «emprestou» alguns dos seus ilustres membros, caso de Machado dos Santos, António Maria da Silva, Cândido dos Reis, Luz de Almeida, entre outros. Em relação ao Porto, faltam-nos informações sobre a real implantação da Carbonária na cidade, o número de iniciados e a sua organização. Sabe-se, no entanto, da sua presença nesta cidade, aonde Luz de Almeida se deslocou para fazer iniciações num Hotel do Porto.

As lojas maçónicas da cidade expandiram-se com a implantação da República e até 1914. A partir desta data, o ritmo de crescimento é menor, em parte devido à cisão que ocorreu no seio da Maçonaria naquele ano. Mas, apesar da cisão, que, a nosso ver, aconteceu devido aos aspetos políticos e não tanto, conforme alguma historiografia deixa transparecer, às questões de rito, os seus obreiros foram aumentando, o que nos leva a concluir que a Maçonaria manteve influência e capacidade de mobilização na sociedade portuense. A inegável politização da Maçonaria resultou numa multiplicação de iniciações nas diversas lojas da cidade.

Na cidade do Porto, diversas lojas maçónicas desempenharam um papel significativo na sociedade da época. Algumas delas patrocinaram instituições de beneficência e de instrução. Os dois estudos de casos apresentados refletem isso mesmo. Quer a loja *Progreddior* quer a *Libertas* envolveram-se em ações que visavam o progresso da sociedade portuense. Alguns dos seus «obreiros» fizeram parte de diversas vereações camarárias, noutros casos foram chamados para ministros, tomando algumas medidas que muito contribuíram para o desenvolvimento da cidade. Nomes como Armando Marques Guedes ou António Joaquim de Sousa Júnior podem servir, nesta perspetiva, como exemplos paradigmáticos dos ideais e de ação cívica de maçons da cidade.

O estudo destas duas lojas portuenses provou, ainda, que, entre os seus «obreiros», não se contavam somente republicanos. A Maçonaria era uma organização aberta a outros quadrantes político-partidários e, nestes casos, aparecem-nos diversos socialistas a militarem dentro da Ordem Maçónica.

Orientador: Prof. Doutor Gaspar Martins Pereira

Data de defesa: 27 de Outubro de 2011

Curso de Mestrado em História e Educação

Autor: **Maria Clotilde Henriques da Costa Martins Cristino**

Título: ***A Educação nas «Conversas em Família» de Marcello Caetano***

Palavras-chave: Estado Novo, Marcelismo, Televisão, «Conversas em Família», Educação

Resumo

Marcello José das Neves Alves Caetano nasceu, em Lisboa, em 17 de Agosto de 1906, e faleceu, exilado, no Rio de Janeiro, em 26 de Outubro de 1980.

Presidiu ao Governo de Portugal entre Setembro de 1968 e Abril de 1974.

Desde muito jovem, dedicou-se ao jornalismo de ideias e a actividades doutrinárias.

Profundo conhecedor das técnicas de comunicação – que a passagem pelo jornalismo lhe proporcionara, e a que se juntaria, mais tarde, a experiência como Ministro da Presidência de Salazar e a vantagem de ter sido o introdutor da Televisão em Portugal –, Marcello conhecia (como poucos) as potencialidades que o domínio da «máquina» informativa permitia.

Não será, pois, de estranhar que, chegado ao poder, tenha mobilizado todos os recursos de que dispunha e, em particular, os que lhe asseguravam um melhor desempenho, colocando-os ao serviço do seu governo e da sua política.

Enquanto governante, Marcello percebeu que tinha de fazer mudanças que permitissem lançar o país no caminho da modernização. Nomeou, por isso, para a pasta da Educação, o Professor de Coimbra José Veiga Simão, então Reitor da Universidade de Lourenço Marques.

Os ambiciosos projectos de reforma do ensino, de que o Ministro Veiga Simão assumiu a responsabilidade, tentaram responder a certos problemas colectivos que se punham, então, à sociedade portuguesa em geral e ao sector do ensino em particular. As facções mais conservadoras chocavam-se. Mas Veiga Simão tinha um forte objectivo, que era ganhar a «batalha da educação»: era necessário arregaçar as mangas e preparar uma profunda reforma do ensino e era preciso, também, apelar ao «diálogo». O tempo do isolacionismo, na perspectiva do Ministro, terminara: a Educação era fundamental para o desenvolvimento económico e social e a aprendizagem escolar era fulcral para o mercado de trabalho.

No dizer do próprio Marcello Caetano, “educar não é só instruir. Educar é formar homens válidos, para enfrentarem as tarefas da comunidade nos tempos futuros. O que implica a formação do carácter e da consciência cívica, a preparação física e a aprendizagem das noções e das técnicas essenciais”.

A Educação deixou, por isso, de ser conceptualizada como uma função exclusiva para a juventude, passando a ser considerada como função para toda a vida.

O desenvolvimento económico registado nos anos antecedentes e a promoção do acesso a níveis mais avançados de formação académica contribuíram para se reduzirem os índices de ruralidade e, em compensação, fazer aumentar a concentração urbana, com o surgimento de uma nova burguesia e um consequente incremento da consciência cívica, que encarou positivamente a «Primavera Marcelista» e as promessas de “abertura” e liberdade.

Este enquadramento justificará que o “mestre de comunicação” tenha adequado o discurso e, em vez de, simplesmente, falar ao Povo, transmitindo-lhe as directrizes, tenha optado por um processo mais enleante, de motivação e participação, através do qual pretendeu fazer com que os portugueses se sentissem envolvidos e co-participantes na direcção dos assuntos do Estado.

Assim surgiram as «Conversas em Família»: no dia 8 de Janeiro de 1969, através da Rádio e (em particular) da Televisão, após o jantar, o Professor Marcello Caetano entrou, pela primeira vez, pelas casas das famílias portuguesas, com o objectivo de lhes falar abertamente sobre alguns dos assuntos da governação do País. Era a primeira de uma série de “aparições” que haveriam de ocorrer, com alguma regularidade, até ao final do seu mandato – um espaço de ligação unidireccional, em que o governante (no seu jeito doutoral, assumindo o papel de Mestre e Professor, mas simultaneamente com alguma informalidade e com a bonomia do Pai, ou do “chefe-de-família”), adoptava uma atitude menos formal, mais pessoal (familiar, até!), para dar contas à população das suas actividades, das suas preocupações, dos seus projectos, partilhava com o País as dificuldades da governação e explicava detalhadamente as medidas que o Governo tomava, procurando suscitar a adesão popular às suas ideias.

Este processo de compreensão, apreensão e interiorização representava um evidente processo de aculturação e, como tal, representou, obviamente, uma intervenção de carácter educativo. Afinal, o que mais é «Educação» do que esse processo de transformação que vai permitir ao Homem saber mais, conhecer mais, adquirir mais capacidades e competências, melhorar a sua intervenção e desempenho?

O objectivo deste trabalho é analisar em que medida as «Conversas em Família», emitidas através da Televisão, no período final do Estado Novo (1968 – 1974) incidiram sobre a Educação.

O facto de a matéria versada ter como actor/autor uma personalidade que assumiu, durante quase 6 anos, as funções de Chefe do Governo e a circunstância de o objecto de estudo serem algumas das suas comunicações ao País constituíram razões fundamentais para se conseguir, com relativa facilidade, reunir um conjunto de documentação que servisse de suporte à abordagem.

As fontes utilizadas incidiram sobre os registos dessas comunicações, seja em gravações sonoras ou áudio-visuais (dos Arquivos da ex-EN/RDP e da ex-RTP), seja em suporte escrito, de diversos jornais diários da época.

O trabalho desenvolvido veio a culminar na constituição de um corpus documental, composto por 26 «Conversas», perfeitamente identificadas (permitindo resolver as divergências entre uma listagem da ex-RTP, que refere 24 gravações, e uma outra, cedida pela ex-RDP, que enuncia 29 gravações, ao mesmo tempo que o site oficial da RTP menciona 16, no que é secundado por Célia Maria Taborda da Silva, da Universidade Lusófona do Porto, e Rui Cádima, que, tanto na sua tese de doutoramento (pág. 514) como na obra *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa* (Lisboa: Editorial Presença, 1996, p.253), menciona uma hipotética «Conversa», que teria ocorrido em 27 de Julho de 1970, a propósito da morte de Salazar).

Sobre elas se fez, posteriormente, incidir um conjunto de técnicas organizadas em função de procedimentos metodológicos assentes na teoria desenvolvida por Laurence Bardin e descrita na «Análise de Conteúdo».

Identificaram-se vários temas e sub-temas, de que, no contexto actual, se evidencia a Educação.

A Educação marcou presença em 14 das 26 «Conversas em Família», uma frequência só mesmo ultrapassada pelos temas de Política Nacional e de Política Ultramarina – que constituíam, de resto, o «leit-motiv» da «cruzada» marcelista.

Durante as alocações, Marcello abordou questões tão diversas como os princípios orientadores de uma política de educação popular, as linhas-mestras do seu programa de política educativa, as reformas do sistema educativo, abrangendo o ensino médio e superior, a formação de professores, a necessidade de formar técnicos para responder às exigências do desenvolvimento, a construção de novos edifícios escolares e a criação de estabelecimentos de ensino, um pouco por todo o País, no âmbito de uma estratégia de «democratização do ensino», que facilitasse o acesso a sectores cada vez mais amplos da população.

À luz dos novos conceitos de «Educação» e de «Educar», as «Conversas» representavam ensinamento, transmissão de conhecimentos, afirmação de valores, divulgação de princípios morais e éticos, de consciência nacional, social, profissional, de valorização dos cidadãos. Nesse contexto, constituíram verdadeiras aulas: não só por serem emitidas ou pronunciadas por um Professor, mas, fundamentalmente, porque todas elas encerravam um vasto conjunto de mensagens, mais ou menos explícitas, e representavam um enorme manancial de informação e conhecimentos transmitidos à generalidade dos portugueses, ainda que com óbvia intencionalidade política.

Foi possível verificar, em resultado da tese de dissertação de Mestrado, já apresentada e defendida, que a Educação esteve presente nas «Conversas» e que estas se constituíram, em si mesmas, actos de uma certa educação nacional.

Orientadores: Prof. Doutor Luís Grosso Correia

Defesa de provas: 18 de Novembro de 2011

Autor: João Carlos Vilela da Cruz Moreira

Curso de Mestrado em História e Património

Autora: **Maria Fernanda Ferreira Azuaje**

Título: ***A presença portuguesa em Roma na Real Igreja, Casa e Hospital de Santo António dos Portugueses na época moderna - uma visita guiada pela História e pelo Património.***

Palavras-chave: Roma, Hospício, Património, Assistência, Roteiro.

Resumo

O projeto/dissertação desenvolveu-se no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo Mediação Patrimonial, enquadrado, institucionalmente, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, entre os anos 2009-2011, em torno de um projeto sempre direcionado – o da presença de Portugueses na Roma Moderna. No segundo ano, 2010-2011, a oportunidade surgiu quando a candidatura a um estágio no Instituto Português de Santo António em Roma (IPSAR) nos aproximou do trabalho de campo e de arquivo.

Efetivamente, a especialização escolhida pressupunha a inclusão de um estágio, por um período de 6 meses, que se realizou através do programa de mobilidade Estágio-Erasmus da Universidade do Porto. Este foi o ponto de partida para uma viagem no tempo e no espaço, literalmente falando.

O objetivo inicial desta pesquisa era o de fazer um estudo da presença portuguesa em Roma, tendo como base os portugueses que, na época moderna, estiveram de passagem pela cidade e foram assistidos no antigo Hospício de Santo António, hoje em dia IPSAR. De seguida, propunha-se a construção de um roteiro que permitisse, mais tarde, constituir um guia de visita à cidade de Roma, tendo em conta o efeito irradiador do Instituto e a sua relação com outros locais que, ao longo do tempo, se identificavam com a presença portuguesa naquela cidade. Com o desenvolver da investigação chegou-se à conclusão que o estudo específico da passagem dos portugueses pelo hospício exigia, igualmente, o conhecimento do percurso dos que ali prestavam esta assistência, isto é, dos que já lá estavam, ou seja, analisar a comunidade portuguesa existente em Roma no seu todo.

O acumular dos séculos de presença portuguesa deixaria as suas marcas, presumíamos e assim o comprovámos, evidenciada na importância patrimonial e histórica daquela instituição, como local de ajuda espiritual e assistencial, ou seja um refúgio para o português longe da sua terra. É certo que os usos sucessivos e as representações, associadas às redes estabelecidas entre edifícios e gentes, sendo estas de diferentes condições sociais, não foram totalmente abordadas neste estudo, ele apenas procurou fazer despertar para estes múltiplos sentidos. Afinal, mediar é aproximar, diagnosticar sensibilidades, reconhecer e valorizar, deixar rastros e pontas que outros (e nós próprios) poderemos recuperar.

Porque havia que delimitar, temporalmente, o nosso objeto de estudo, este situou-se na época moderna, de 1786 a 1802, de alguma forma condicionado pelas fontes que melhor nos informavam acerca da dinâmica dos peregrinos e dos hóspedes, reencontrada nos seus rastros nos dias de hoje, em particular na recuperação das raízes do atual Instituto de S. António dos Portugueses em Roma.

Este trabalho foi, assim, estruturado em três partes. Na primeira parte pretendemos apresentar uma contextualização histórica, recuando no tempo, aos primórdios da instituição, tentando responder à evolução das competências ao nível da assistência, para compreender melhor o papel desempenhado por esta instituição nesta cidade. Fez-se uma breve resenha histórica da origem do atual IPSAR e a sua evolução ao longo dos tempos, para compreender a importância que teve (e tem) para os portugueses em Roma.

Na segunda parte foram apresentados os resultados do trabalho desenvolvido ao longo do Estágio no IPSAR, o qual consistiu na identificação dos portugueses que passaram por Roma e foram assistidos por esta instituição entre os anos de 1786 e 1802, assim como a comunidade portuguesa em Roma ligada a esta instituição e o serviço prestado pela mesma, tentando compreender a sua complexidade no passado e o próprio conceito assistencial da cidade. Ficou nítido, pensamos, que a abundância documental foi uma surpresa o que nos obrigou a uma disciplina estrita de seleção de fontes. Esta investigação transformou-se num primeiro produto do projeto, porque é uma contribuição para a contextualização da vida dos portugueses e mesmo para os que não o eram, em torno do Hospício. Dela ressalta a geografia da peregrinação, os processos de sobrevivência, os episódios pessoais cruzados com as conjunturas de

diferente natureza (nomeadamente a aproximação de Roma das tropas francesas). Seja como for, acabamos por consultar, no arquivo do IPSAR, integrado na biblioteca, e que se encontra num bom estado de conservação e muito bem acondicionado, vários títulos, fruto da seleção feita após sondagem prévia de alguns documentos. Como base de aproximação à estrutura orgânica da instituição, a análise comparativa dos estatutos foi fundamental, reconstituindo-se as sucessivas transformações após a sua fundação, não só a nível administrativo, como a nível assistencial. Provou-se que estas mudanças permitiram um melhor funcionamento do espaço e a criação das condições para uma assistência mais eficaz.

Por último, na terceira parte, foi apresentado o objeto final do projeto e do estágio, que consistiu na definição de um roteiro da cidade de Roma, no qual foram identificadas as marcas da presença portuguesa em Roma, tendo como base o Instituto Português de Santo António em Roma e a sua evolução na cidade desde o hospício de D. Guiomar (1363), até ao Hospício do Cardeal D. Antão Martins de Chaves (1467). Uma maneira diferente de olhar para esta cidade tão imponente, com um património tão rico, e salientar nela aquilo que faz parte da história portuguesa em Roma, do nosso património e da nossa memória.

A metodologia utilizada nesta investigação pode ser dividida em três fases, tendo em conta o percurso desta dissertação/relatório. Numa primeira fase foi feito um levantamento bibliográfico sobre esta instituição, para conhecer melhor o seu universo bibliográfico e compreender a sua estrutura governativa. Paralelamente fez-se o levantamento bibliográfico sobre a questão assistencial, porque sabíamos que essa fora uma das suas vocações – a de acolhimento a peregrinos (e não só) e assistência. Esta primeira fase teve como objetivo compreender a viabilidade deste estudo, ou seja, o estado da investigação (estado da arte) e o que teríamos que aprofundar.

Na segunda fase foi feita uma primeira análise ao fundo do Arquivo do IPSAR, embora só a nível dos títulos, porque só teríamos acesso ao seu conteúdo após a deslocação a Roma, na altura do estágio nesta instituição. Se se levantaram as primeiras hipóteses do que poderia existir no arquivo e qual seria a melhor maneira de abordar este estudo, ao mesmo tempo começaram-se a delimitar as balizas cronológicas, assim como a documentação apropriada e pertinente. Partindo das questões colocadas, elaboraram-se as primeiras grelhas de recolha de dados, adaptadas após a consulta aos documentos, já no decorrer do estágio.

Por último, a terceira fase metodológica correspondeu ao trabalho que foi desenvolvido no arquivo na altura do estágio. O tratamento da informação tinha, agora, oportunidade para se cruzar com artigos já conhecidos que se revelaram essenciais. Assim se fez o tratamento qualitativo e quantitativo da documentação, percebendo dinâmicas da instituição, como era governada e quem recebia, ao que iam, como se poderia perceber o seu rasto. A partir daqui cruzou-se com as marcas de património imóvel que dariam sentido à definição de um roteiro. Uma cartografia histórica não se conseguiu materializar, completamente, mas permitiu “ver” o sítio e esta localização apuraria o nosso olhar.

Em suma, este trabalho pretendeu chamar a atenção para a necessidade do estudo da presença portuguesa em Roma, porque, como tentámos transmitir neste trabalho, há meios para tais estudos serem desenvolvidos. A comunidade portuguesa ao longo dos séculos levou consigo a sua cultura a todos os cantos do mundo pelos quais passou e não ficou invisível. A invisibilidade é, parece-nos, pela via do seu desconhecimento. Aqui só apresentamos uma pequena parte do que podemos encontrar nesta cidade, com marca portuguesa. Foi olhar para Portugal fora de portas não apenas pela via da epopeia dos descobrimentos, tantas vezes invocada, mas pelos passos da peregrinação e da cultura.

Orientadores: Dr. Francisco de Almeida Dias (estágio) e Prof.^a Doutora Inês Amorim.

Data de defesa: 19 de Dezembro de 2011.

Autor: João Henrique Reis Vasconcelos Alvim

Título: *O Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto*

Palavras-chave: BPMP; Arquivo Histórico-Administrativo; Informação; Inventário.

Resumo

O presente relatório descreve o estágio realizado no Arquivo Histórico-Administrativo da Biblioteca Pública Municipal do Porto onde, com o objectivo de facilitar o acesso à informação contida nos documentos, foram realizadas diversas operações: a classificação, a ordenação e a descrição das séries arquivísticas.

Encarámos o Arquivo como um sistema de informação social (teoria sistémica), onde o conhecimento da estrutura orgânica que produziu a informação é um factor chave para compreendermos como foi, e porque foi, produzida a informação.

Começámos por descrever no primeiro capítulo o contexto histórico que presidiu à fundação em 1833 da entidade produtora – a Real Biblioteca Pública do Porto – para a qual, em resultado de um processo legislativo que durou até 1843, foram transferidos os fundos bibliográficos provenientes do clero e de particulares. Após analisarmos no segundo capítulo a evolução da estrutura orgânica no período de 1833 a meados do século XX, abordámos no terceiro capítulo o tratamento documental a que submetemos a documentação do arquivo com o auxílio de uma aplicação informática (GISA).

O Inventário é o resultado mais visível do trabalho realizado no Arquivo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, proporcionando aos seus utilizadores um acesso rápido e eficaz à informação. Queremos igualmente alertar para a importância que um “arquivo histórico” bem administrado e gerido constitui para a Biblioteca viabilizando, desta forma, a recuperação da informação por todos os que a ele recorrem: funcionários e investigadores.

Orientadores: Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro e Prof.^a Doutora Helena Osswald.

Data de defesa: 14 de Novembro de 2011.

Autora: **Ana Dorinda Soares Martins Moreira**

Título: ***Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico (1838-1878)***.

Palavras-chave: Casa da Roda do Porto; Hospício dos Expostos do Porto; assistência; arquivística; catálogo.

Resumo

O trabalho intitulado *Da Casa da Roda ao Hospício dos Expostos do Porto: estudo e tratamento arquivístico* (1838-1878) foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património, Ramo de Arquivos Históricos e defendido em provas de mestrado a 28 de novembro de 2011. Este trabalho surgiu na sequência da realização de um estágio curricular no Arquivo Distrital do Porto, pelo que tem o objetivo de apresentar o estudo e tratamento arquivístico da documentação produzida pela principal instituição de assistência aos expostos na cidade do Porto: a Casa da Roda e, a partir de 1865, o Hospício dos Expostos.

O período cronológico em estudo (1838-1878) abrange dois momentos fundamentais de mudança numa instituição de assistência à infância com origens no século XVII. Por um lado, em 1838 – no contexto das reformas liberais e do esforço de centralização da assistência – a administração da Casa da Roda passou para a tutela integral da Câmara Municipal do Porto. Em 1865 verificou-se uma inovação no sistema de assistência à infância desvalida, que encontrou no Porto o seu caso de ensaio: a passagem de “roda franca” a um sistema de admissão restrito, que caracterizou o funcionamento do Hospício dos Expostos. A data final de 1878 foi definida devido a uma nova mudança administrativa, ou seja, a passagem da tutela do Hospício dos Expostos do Porto para a Junta Geral de Distrito.

Por outro lado, este período cronológico, profundamente marcado por mudanças estruturais, reflecte a questão de partida que nos guiou ao longo da elaboração do relatório de estágio. Ou seja, se a passagem de Casa da Roda a Hospício dos Expostos representou uma rutura ou continuidade e, em última análise, se nos encontrávamos perante duas instituições distintas ou num período de evolução e transformação da secular Casa da Roda do Porto. Esta questão, presente ao longo de todo o trabalho, condicionou a própria estrutura do relatório de estágio, pois em todos os pontos desenvolvidos procurámos abordar distintamente a Casa da Roda e o Hospício dos Expostos, de forma a permitir estabelecer comparações.

Na elaboração do trabalho apresentou-se não só o trabalho arquivístico de descrição, gestão da informação e estudo orgânico-funcional mas também se desenvolveu a vertente de contextualização histórica, indispensável não só para o estudo e compreensão do funcionamento da Casa da Roda e do Hospício, mas também do enquadramento político, legislativo e assistencial em que estas operaram. A vertente histórica e a arquivística cruzaram-se assim frequentemente, inclusivamente nas principais fontes documentais utilizadas, que foram as próprias fontes tratadas arquivisticamente (sobretudo os documentos regulamentares, documentos de despesa e correspondência). Simultaneamente utilizámos documentação recolhida no Arquivo Histórico Municipal do Porto – que contém um grande volume documental relacionado com a assistência aos expostos, devido às competências da Câmara Municipal ao longo do tempo –, assim como documentação impressa que se encontra na Biblioteca Municipal do Porto.

Os principais pontos abordados no relatório de estágio encontram-se divididos em quatro capítulos principais, a saber: projeto e relatório de estágio, que se relaciona com a contextualização do próprio plano de estágio e a sua progressiva definição; enquadramento administrativo, no qual apresentámos o contexto administrativo e o enquadramento legislativo da Casa da Roda e do Hospício dos Expostos do Porto ao longo do tempo, assim como as competências das principais autoridades administrativas relativamente a expostos; estrutura orgânico-funcional, ou seja, o estudo dos cargos, funcionários e as suas principais funções; e, por fim, a gestão da informação, em que apresentámos os produtos finais do estágio curricular, relacionados com o tratamento intelectual da documentação.

Como resultado final do trabalho e do estágio curricular desenvolvido, elaborámos a descrição da documentação a nível de catálogo. Este instrumento de acesso à informação encontra-se disponível para consulta nos anexos do relatório de estágio, assim como digitalmente, através da ferramenta informática DigitArq, em uso no Arquivo Distrital do Porto.

O exercício de comparação, nos vários pontos abordados, entre a fase final de funcionamento da

Casa da Roda e a fase inicial do Hospício dos Expostos do Porto, assim como da produção documental através de catálogos distintos, permitiu evidenciar a tendência evolutiva de uma instituição que funcionava na base do abandono anónimo e legal e se adaptou a um novo modelo assistencial de admissão restrita e justificada, sem deixar de reaproveitar práticas e estruturas anteriores, heranças de uma longa existência ao serviço da assistência à infância desvalida na cidade do Porto.

Orientadores: Dr. Rui Esperança (estágio), Prof.^a Doutora Inês Amorim e Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro.

Data de defesa: 28 de Novembro de 2011.

Autor: **Patrícia Alexandra Lopes Alves**

Título: ***A construção e reconstrução da Memória da Casa da Roda do Porto – o Arquivo (1689 – 1838)***.

Palavras-chave: Casa da Roda do Porto; expostos; arquivo; fundo; catálogo.

Resumo

O trabalho de investigação e estágio, *A construção e reconstrução da Memória da Casa da Roda do Porto – o Arquivo (1689 – 1838)*, defendido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto no dia 28 de novembro de 2011, apresenta os resultados de um projeto, inserido no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, centrado no estudo da documentação produzida pela Casa da Roda do Porto, entre 6 de julho de 1689 e 11 de outubro de 1838, recentemente incorporada no Arquivo Distrital do Porto (até então depositada na Assembleia Distrital do Porto), instituição de acolhimento do estágio curricular.

O projeto mencionado teve como principal objetivo a construção de um instrumento de acesso à informação produzida pela Casa da Roda do Porto – instituição assistencial, já extinta, que procurou socorrer crianças desamparadas através do desenvolvimento de infraestruturas de acolhimento, procedimentos governativos e mecanismos de controlo eficazes. Dadas as características da documentação em estudo, optamos por produzir um catálogo, que pode ser consultado nos anexos do Relatório de Estágio ou pesquisável em:

<http://pesquisa.adporto.pt/cravfrontoffice/default.aspx?page=regShow&searchMode=bs&ID=1453112>.

Todavia, este instrumento – que se pretendeu que suprisse as necessidades de controlo da documentação por parte do Arquivo Distrital do Porto e que permitisse a recuperação de resultados de pesquisa mais afinados, quer por investigadores, quer pelo cidadão comum – esconde todo um percurso de investigação imprescindível para alcançar o produto final. Pelo que, para aceder aos “bastidores” da descrição e organização da documentação deste arquivo, torna-se obrigatório complementar os dados presentes no catálogo com a consulta do relatório de estágio mencionado.

Este trabalho, baseado em fontes compiladas principalmente no arquivo da Roda, nos arquivos das instituições tutelares (Arquivo Histórico Municipal do Porto e Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto) e nos arquivos das instituições que ao longo do tempo herdaram a tutela da documentação da Roda (Hospício dos Expostos do Porto, por exemplo), encaminhará frequentemente os leitores para uma encruzilhada ténue entre: o passado e o presente; o trabalho do historiador e as tarefas do arquivista; as informações de teor histórico relacionadas com a instituição e com a documentação acumulada durante o período em estudo e o percurso metodológico seguido durante o tratamento da informação produzida pela Casa da Roda desta cidade.

Ao longo das suas páginas, os leitores ver-se-ão transportados pelos vários edifícios que, entre 1689 e 1838, acolheram os enjeitados, funcionando, geralmente, não como espaços de criação, mas como placas giratórias que distribuíam crianças para núcleos familiares no campo. Contactarão com o ambiente de secretismo criado em torno do funcionamento desta instituição de abandono anónimo. Visitarão os espaços ocupados pela administração, tendo a oportunidade de observar a atividade quotidiana dos seus oficiais e os bens móveis que tinham ao seu dispor. E a encerrar este trajeto, surgirão os espaços ocupados pelo arquivo e as tutelas da documentação ao longo do tempo.

Paralelamente a este estudo, expomos, no que respeita à arquivística, as questões mais práticas; as etapas percorridas; as decisões tomadas, acompanhadas da devida fundamentação; e os resultados: da higienização da documentação; da identificação e localização de documentação extraviada do fundo da Roda; do estudo e representação da estrutura orgânico-funcional da instituição; da construção do quadro de competências; do recenseamento e da organização e descrição do fundo (classificação, descrição e elaboração do catálogo). A construção deste tipo de instrumento de acesso à informação (catálogo), trabalhando, portanto, ao nível da unidade de informação, permitiu-nos ainda definir e apresentar as principais características da documentação produzida pela instituição.

Todos estes pontos foram “recheados” com histórias, vivências e dramas, tão remotos e ao mesmo tempo tão atuais. Alguns dos elementos narrados ao longo do texto encontravam-se sob “segredo”,

demonstrando deste modo a verdadeira essência dos dados registados na documentação deste arquivo, que na sua origem não se encontrava ao alcance do olhar de todos os que o quisessem consultar, ao contrário do que acontece atualmente. Presentemente, os utilizadores do Arquivo Distrital do Porto podem consultar todo o fundo, com exceção das Cartas da Diretora – documentos raros e frágeis, nos quais preservaram os bilhetes e objetos deixados com as crianças no momento do abandono na roda – que representam a face mais humana do processo de abandono e assistência aos expostos nesta instituição. A interdição ao acesso dos originais prende-se com razões de segurança e de conservação dos documentos.

Resta-nos apenas referir que o projeto, estágio e relatório foram pensados e executados tendo em vista o despoletar do interesse pelo uso da informação produzida de forma tão cuidadosa pela administração da Casa da Roda do Porto. Objetivo que, esperamos, de algum modo, ter alcançado.

Orientadores: Dr. Rui Esperança (estágio), Prof.^a Doutora Inês Amorim e Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro.

Data de defesa: 28 de Novembro de 2011.

Autor: **Susana Alexandra da Cunha Barbosa**

Título: ***As Toleradas de Penafiel (1915-1933). Do invisível ao visível – de meretriz a tolerada***

Palavras-chave: Toleradas; Prostituição; Meretriz; Penafiel.

Resumo

O trabalho intitulado *As Toleradas de Penafiel (1915-1933). Do invisível ao visível – de meretriz a tolerada*, foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em História e Património, ramo de especialização Estudos Locais e Regionais - Construção de Memórias, e defendido em provas de mestrado a 5 de dezembro de 2011.

Com base na fonte documental relativa às matrículas de meretrizes de Penafiel no período de 1915-1933, foi nosso objetivo ultrapassar uma mera descrição de conteúdo e construir as linhas gerais da prostituição tolerada no período da I República e da ditadura militar em Penafiel. Ambicionou-se assim fazer uma leitura da sociedade através da consideração dos espaços marginais da prostituição – noção de privado (casa) e público (rua), tolerados e intolerados. Procurou-se, igualmente, mostrar que estes espaços, embora parecessem fechados sobre si mesmos, não eram, de modo nenhum espaços sociais isolados, ou, pelo menos, não podem ser observados como tal. A escala de análise foi a local (Penafiel), mas sempre num processo comparativo com outros casos – Vila Real, Póvoa de Varzim, entre outros.

O tema estudado exigiu a estruturação de um quadro problemático, delimitando um conjunto de perspetivas que condicionaram as formas de abordar o mesmo. Uma vez definido o âmbito temático, espacial e cronológico, selecionaram-se as fontes e a sua utilização, tendo em conta as questões colocadas, sendo, a fonte primária utilizada a da Matrícula de Meretrizes (datas extremas 1915 a 1933) e os *Livros do Registo Clínico do Hospital da Misericórdia de Penafiel* (1926 a 1947), disponíveis no Arquivo Municipal de Penafiel.

A nível metodológico, optámos por organizar a informação em grelhas de recolha (tabelas Excel passíveis de ordenamento e agrupamento), correspondentes ao período temporal definido para estudo, cruzando a informação das duas fontes principais, tanto mais que obtivemos perto de 100 registos. Procurou-se apurar a veracidade da informação produzida, como aconteceu com o *Livro de Registos Clínicos do Hospital da Misericórdia de Penafiel*, em que encontrámos registo de meretrizes que lá se deslocavam para tratarem das suas moléstias, mas estavam também inscritas no Livro de Registos da Polícia. Identificámos de igual modo um número elevado de meretrizes que procuravam o Hospital da Misericórdia para se tratarem mas não estavam identificadas como toleradas. Deste modo, classificar e cruzar a informação foi uma necessidade que se cumpriu.

A dissertação foi estruturada em duas partes fundamentais: uma que nos apresenta o quadro institucional, administrativo, legal e o espaço concelhio de Penafiel, através do estudo de seis códigos administrativos, de 1836 a 1910 e da análise dos regulamentos sanitários; o outro, com uma análise dos dados recolhidos sobre as toleradas, quer social ou geográfica quer economicamente, dado a informação fornecida pelas fontes atrás indicadas (tais como, nome, filiação, idade, naturalidade, concelho, residência, profissão anterior, estado civil, altura, data que iniciou a prostituição, razões, sinais particulares, doenças contraídas). Apurou-se, desta forma, as dinâmicas do universo das toleradas: quantas eram, onde eram, quem eram, que ocupação tinham, quais as razões para exercerem a prostituição que relações de parentesco possíveis entre si, que relações estabeleciam com o exterior, a sociedade em geral. Foram cerca de 100 prostitutas, número redondo mas que corresponde, efetivamente ao processo de inscrição realizado. De seguida, alargou-se este universo ao procurarmos a sua presença no espaço que as vigiava sanitariamente, o hospital. Aí encontrámos alguns dos nomes listados anteriormente (ao longo de 16 anos de estudo encontramos 16 registos de entrada de mulheres no Hospital da Misericórdia de Penafiel: quatro registos em 1928, 2 em 1929, 2 em 1930, 3 em 1931, 2 em 1935 e 1 em cada ano seguinte de 1936, 1943 e 1944; não são propriamente 16 mulheres porque se compararmos nomes verificamos que entram mais do que uma vez) mas, para nossa surpresa, muitas mais mulheres, solteiras, não toleradas, mas eventualmente em práticas de prostituição e a natureza das doenças apontadas.

Pela análise dos registos podemos fazer uma definição clara do perfil-tipo da tolerada de Penafiel: mulher jovem, predominantemente entre os 18 e os 23 anos de idade, solteira, filha legítima, natural de meios urbanos mas com marcas profundas no corpo de quotidianos violentos, fruto de agressões (cicatrices) ou de doenças (a varíola). Podemos ainda apurar que as mulheres que alimentavam esta atividade não

eram desqualificadas, mas de um universo socioprofissional diversificado. Percebeu-se a desgraça que se vivia, pelo menos aos nossos olhos, quando muitas filhas, do mesmo casal, seguem a mesma vida. Dizer que eram todas de classes sociais humildes, e que esse foi o motivo que as levou a ingressar no mundo da prostituição, parece-nos demasiado redutor. Num modelo de casamento da época, é bem provável que faltassem oportunidades que a profissão de criada de servir ou de serviçal poderia agravar. A sedução seria, nos discursos das próprias, ou de quem as registou, traduzidos em leviandade. Ou seja, foram fracas perante os “avanços” masculinos. Noutros casos, eram “defeituosas” e sem família. Não eram anónimas, algumas mais do que conhecidas. A Efigénia, que era de Penafiel e começou nesta vida aos 15 anos, entrava e saía do hospital, bem localizada e tinha a marca no nome.

A matrícula permitiu mesmo o controlo sanitário, objetivo inscrito nos regulamentos? Pelo registo das matrículas parece que sim, sobretudo se cruzado com os registos clínicos do Hospital da Misericórdia de Penafiel. As toleradas lá estão, identificámo-las. Mas também vimos muitas outras nuances. Viu-se, por um lado, que outras meretrizes estavam registadas e que não apareciam nas matrículas. A prostituição clandestina tinha um peso significativo, uma vez que muitas meretrizes não matriculadas davam lá entrada e se identificavam com a profissão de meretriz. Mas vimos muito mais, é que muitas outras, a maioria, e apenas só contando as serviçais e domésticas entravam com doenças venéreas. Lado a lado os soldados, tanto nos registos hospitalares, como oportunamente, perto das residências das toleradas faziam parte do processo.

Todavia muitas questões ficaram pendentes pois, como afirma Alain Corbin «*A história da mulher construiu-se em eco, e ajuda do discurso masculino [...] A quase totalidade dos documentos reagrupados em depósitos de arquivos públicos emanam de homens de responsabilidades [...]. O estudo da condição feminina implica primeiramente, a análise dos discursos que emanam do clero, dos médicos, dos magistrados, dos polícias, dos administradores ou dos literários; conectar-se e detetar estratégias simplistas, mostrar o estrato das mulheres da cena pública e de sublinhar o silêncio que lhe é imposto [...]. A não operar uma tal análise corremos o risco de construir uma história feminina pouco compreensiva e mesmo a cair em certas mentiras dos discursos femininos*».

E ficamo-nos pela questão inicial: afinal, esta dicotomia existia mesmo, entre o espaço privado da união doméstica e a casa da tolerada? Não nos parece mesmo. E gostaríamos de reiniciar, novamente, este trabalho. Só se viu metade do processo. Nem sabíamos, aliás, que encontraríamos pistas para outros percursos de investigação. Mas estes apontam-se para o futuro. Existe um universo de invisibilidade que sobressaiu nos registos clínicos. Eles merecem uma reavaliação, de todas as mulheres e, sobretudo, de homens. Como escreveu Alain Corbin, a *história da mulher construiu-se em eco, e ajuda do discurso masculino*. Está na hora de perseguir esta inquietude de fundo...

Orientadores: Prof^a Doutora Inês Amorim

Data de defesa: 5 de dezembro de 2011

Autor: **Paulo Alexandre Campos Sampaio Correia**

Título: ***Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão). Um Modelo de Gestão Patrimonial.***

Palavras-chave: Património Cultural, Gestão Patrimonial, Inventário, Vila Nova de Famalicão, Gondifelos.

Resumo

No âmbito do Mestrado em História e Património (ramo de Mediação Patrimonial) desenvolvemos um projeto na área da gestão do património cultural que teve como objetivo principal a elaboração e implementação de um modelo de gestão patrimonial no município de Vila Nova de Famalicão, através da realização de um estágio curricular no Gabinete do Património Cultural.

Intitulado “*Inventário e Estudo do Património Cultural de Gondifelos (Vila Nova de Famalicão). Um Modelo de Gestão Patrimonial*”, este projeto pressupôs, como o próprio título já indicia, a realização de três grandes objetivos: a elaboração de um novo inventário patrimonial da freguesia de Gondifelos; o estudo histórico (contextual) sobre os bens patrimoniais inventariados, dando ênfase à evolução do bem ao longo dos tempos, tendo em conta os contextos, produtores e evoluções arquitetónicas; e a elaboração/utilização de um programa de gestão patrimonial que consiga fazer uma gestão otimizada dos bens patrimoniais inventariados e da investigação realizada.

Tendo em atenção estes objetivos, o modelo de gestão patrimonial desenvolvido foi constituído por um variado conjunto de ferramentas que proporcionou aos dois gabinetes que tutelam o património cultural do município (gabinete do património cultural e gabinete de arqueologia) a posse de alguns mecanismos que podem conduzir a uma gestão mais integrada do património cultural. Estas ferramentas consistiram, em primeiro lugar, na elaboração de uma ficha de inventário uniformizada, a ser utilizada em simultâneo pelos gabinetes do património cultural e de arqueologia. De modo a ajudar ao preenchimento dessa ficha de inventário elaborou-se ainda um guia de apoio ao utilizador e de normalização da terminologia. Este guia era essencial para que a informação que se inserisse na ficha de inventário fosse a mais uniformizada possível. Devido à vastidão do concelho, foi ainda criada uma base de dados a ser entregue a cada presidente de junta, de modo a que o inventário patrimonial esteja constantemente em atualização. Para terminar, e como uma das funções dos respetivos gabinetes é o de divulgar os bens patrimoniais concelhios, todas as fichas de inventário foram introduzidas em duas plataformas da internet: *Inweb* e o *Europeana*.

Estas ferramentas só podiam ser consideradas válidas quando as mesmas fossem testadas na realização de um novo levantamento patrimonial de todo o concelho. No entanto, devido à vastidão do mesmo, que se distribui por 46 freguesias e 3 vilas, propusemo-nos realizar um estudo de caso, através de um levantamento e estudo dos bens patrimoniais de uma freguesia, a qual representasse uma amostragem do que se poderá encontrar em todo o concelho e que, no futuro, o modelo de inventariação e estudo aplicado nessa freguesia pudesse ser transportado para as restantes freguesias e vilas. A freguesia de Gondifelos foi escolhida por reunir duas características fundamentais para que possa servir como freguesia-modelo, nomeadamente a congregação de uma grande diversidade de tipologias e a de um elevado número de bens patrimoniais já inventariados em anos anteriores.

Para a realização do inventário, da base de dados e da investigação histórica sobre os bens patrimoniais, servimo-nos de alguns modelos de inventário e de manuais de terminologia produzidos por entidades estatais ligadas à gestão do património cultural de países como Portugal, França, Espanha, Inglaterra e Brasil; de diversa legislação nacional e internacional produzida sobre o património cultural e de um manancial de fontes de informação distribuídas por fontes manuscritas, fontes bibliográficas e fontes orais. Esta análise permitiu-nos elaborar uma base de dados no programa *Microsoft Office Excel*, com campos que consideramos serem os mais abrangentes e pertinentes, baseados em várias fichas de inventário de países e instituições estatais nacionais e internacionais, não obstante o município de Famalicão já possuísse um programa informático de gestão patrimonial – *InPatrimonium Premium* que nos permitiu, igualmente, usar e repensar a sua pertinência.

No que diz respeito à sua estrutura, o relatório encontra-se dividido em quatro partes. Na primeira parte discutimos os conceitos de património, de inventário e de base de dados, tendo como suporte não só bibliografia específica e de carácter geral, mas também a diversa legislação adotada em Portugal que, por sua vez, teve como base as diversas cartas e recomendações de instituições internacionais ligadas à preservação, conservação, estudo e divulgação do património cultural, como a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho da

Europa.

Na segunda parte, após elaborar-se uma síntese da instituição e do gabinete em que realizamos este projeto, apresentámos o atual modelo de gestão do património cultural em vigor no município famalicense, elencando as suas vantagens e desvantagens, ao mesmo tempo que se elaborou uma reflexão crítica sobre o respetivo modelo. Ainda nesta parte, elencamos as tarefas que realizámos, no âmbito do estágio curricular do mestrado, no gabinete do património cultural.

O grande objetivo a que nos propusemos realizar na terceira parte do relatório consistiu na apresentação do modelo de gestão integrada do património cultural famalicense que idealizámos. Para isso, começamos por apresentar os diversos modelos de fichas de inventário e de bases de dados, nacionais e internacionais, que se consultou e se utilizou na elaboração da base de dados no programa informático *Microsoft Office Excel*, a qual foi objeto de análise no ponto seguinte, nomeadamente a sua elaboração e os campos com a qual foi constituída. Esta análise foi essencial para se entender, posteriormente, os campos que foram selecionados no programa *InPatrimonium Premium*. Ainda nesta parte explicou-se a passagem da base de dados criada no programa informático *Microsoft Office Excel* para a base de dados do programa de gestão patrimonial *InPatrimonium Premium*, e apresentou-se o modelo final de ficha de inventário a ser utilizada pelos gabinetes que tutelam o património cultural do concelho. Por fim, ainda como parte integrante do modelo de gestão integrada do património cultural, explicamos como se elaborou o guia de apoio ao utilizador do programa *InPatrimonium Premium*.

Na quarta e última parte, apresentamos a freguesia que serviu como modelo de estudo à aplicação das ferramentas que elaborámos para o modelo de gestão integrada do património cultural. Fez-se uma breve localização geográfica e descrição histórica da freguesia de Gondifelos. De seguida, explicou-se o conjunto patrimonial presente na freguesia e o modo como esse património evoluiu ao longo dos tempos, nomeadamente no que diz respeito à sua construção, preservação e identificação por parte da população local. Esta abordagem tornou-se essencial para se perceber, por um lado, o porquê de ter sido esta freguesia escolhida como modelo e, por outro lado, a qualidade e quantidade de bens. Na verdade, ela apresenta sinais de uma forte identidade da população com os bens patrimoniais, tais como as Capelas, as Alminhas, os Cruzeiros, a Igreja, símbolos que preservam a sua Identidade e Memória, valorizados por um forte sentido de preservação, o que explica a forte representatividade (maior número dentro da sua tipologia). Por último, explicou-se como a utilização deste modelo de gestão integrada do património cultural é imprescindível para uma melhor gestão do mesmo por parte dos serviços técnicos do município famalicense.

Os resultados alcançados com a realização deste projeto foram de diversa ordem. Desde logo, o município de Vila Nova de Famalicão recebeu um modelo de gestão patrimonial integrado, através da posse de uma única base de dados que passou a ser utilizada em simultâneo pelos gabinetes do património cultural e de arqueologia. A uniformização da informação será também importante para alguns serviços internos do município, nomeadamente o Departamento de Urbanismo e Habitação (melhor gestão dos processos de obras e atualização constante da Carta Patrimonial do concelho) e os serviços do Turismo (elaboração de panfletos, roteiros, mapas patrimoniais, monografias, entre outras ferramentas de divulgação patrimonial).

Um outro resultado consistiu na participação ativa dos presidentes de junta, como representantes máximos da freguesia, no processo de inventariação patrimonial, através da elaboração de uma base de dados no programa informático *Microsoft Office Excel*, de modo a que o inventário patrimonial da sua freguesia esteja em constante atualização.

Um último resultado final, funcionando ao mesmo tempo como mais um meio utilizado no processo de mediação do património cultural de Vila Nova de Famalicão, foi a divulgação das fichas de inventário dos bens patrimoniais inventariados da freguesia de Gondifelos nos sítios de internet *InWeb e Europeana*.

Além do mais reuniu-se uma diversidade de informação contextual, colhida em fontes históricas o mais diferenciadas possível, como os registos notariais e paroquiais, as inquirições de género, os tombos paroquiais, processo de obras, documentação administrativa, décimas de juro, entre outras.

Estes foram apenas alguns mecanismos de mediação que desenvolvemos e/ou utilizámos durante o estágio curricular que efetuámos no Gabinete do Património Cultural. A partir deles, especialmente das fichas de inventário, é possível desenvolver outras ferramentas de mediação. Deseja-se que possam, por um lado, divulgar o máximo possível os bens patrimoniais e, por outro, estreitar a ligação entre os vários serviços que tutelam o património e os diversos públicos, nomeadamente através da elaboração de roteiros, da organização de conferências, de palestras, de visitas guiadas, de monografias, de maletas pedagógicas, de panfletos, entre um leque alargado de outras ferramentas que têm como objetivo principal facilitar todo o processo de mediação e gestão patrimonial.

Orientadores: Dr. Nélson Lima Pereira (estágio) e Prof^a. Doutora Inês Amorim.

Data de defesa: 5 de Dezembro de 2011.

Autor: **Sónia Alexandra de Castro Couto**

Título: ***Objectos da colecção arqueológica do Museu Nacional Soares dos Reis: Estudo e mediação.***

Palavras-chave: objectos arqueológicos, arqueologia, museologia, mediação cultural.

Resumo

As reservas museológicas constituem espaços inquietos, repletos de objetos que quase suplicam que os toquem, sintam e redescubram, na busca de toda uma história que com eles transportaram, até ao dia que ali repousaram. Em museus cujas origens remontam aos primórdios da museologia, como é o caso do Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR), estas reservas tornam-se espaços ainda mais apelativos, pela diversidade de cultura material que ali reside, por todas as suas vivências, transições no tempo e espaço, que espelham as políticas patrimoniais da época.

A dissertação apresentada no âmbito do mestrado em história e património, ramo de mediação patrimonial, à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, visou precisamente o estudo e mediação de um conjunto de vinte e três objetos arqueológicos que se encontram presentemente em reserva no Museu Nacional Soares dos Reis, compostos por: lâmina de sílex; fragmento de machado polido sob seixo; núcleo sob seixo de quartzito; machado polido; machado polido em anfibolito; enxó (?); enxó em silimanite; peso de tear; púcaro; tigela; ampulla; jarro trilobado; copo; prato; bilha; estatueta de marte em bronze; estatueta em bronze; cabo de pátera; amuleto figa phallos; bracelete bronze; corpo de fíbula; machado de talão e estatueta celtibérica, de cronologias compreendidas entre a pré-história e romanização.

A complexidade que este estudo apresentava, pela quase ausência de informação sobre os objetos, pressupôs inicialmente o entendimento da formação da colecção do Museu Nacional Soares dos Reis, o que conduziu ao estudo da história do próprio museu, permitindo assim definir o período cronológico do trabalho realizado, que se insere entre meados do século XIX (data da criação do Museu) até meados do século XX (data das últimas incorporações destes objetos arqueológicos no museu).

Assim foi realizada uma breve historiografia sobre os museus que estiveram na origem da atual colecção do Museu Nacional Soares dos Reis - Museu Portuense, Museu Allen e Museu Municipal do Porto (MMP) – tendo sido ainda abordadas temáticas inerentes à conjuntura patrimonial da época, como o colecionismo e a gestão do património, com particular incidência sobre o arqueológico, que assumiu um papel importante neste período, não só porque os objetos arqueológicos integravam frequentemente os acervos dos primeiros museus criados em Portugal, mas também porque a preservação dos monumentos e sítios arqueológicos constituíram uma forma de afirmação dos ideais políticos neste período.

Este conjunto de vinte e três objetos arqueológicos de tipologias, cronologias, proveniências e funcionalidades diferentes e que à partida nada tinha em comum, no seu conjunto, traduzem muito do que foi a história do Museu Nacional Soares dos Reis e toda a conjuntura que levou à sua criação. Refletem, igualmente, as origens da arqueologia portuguesa, pautada por achados ocasionais, fruto de trabalhos agrícolas, obras públicas ou meramente das investigações amadoras levadas a cabo por aficionados por esta área, em locais onde se implantavam sítios arqueológicos. A obrigatoriedade da sua entrega em instituições culturais públicas, conduziu a que muitos museus municipais da altura albergassem objetos que muitas vezes não iam ao encontro dos seus objetivos museológicos.

É neste contexto que figuras com Mendes Correa, Rocha Peixoto, José Fortes, José Leite Vasconcelos, Martins Sarmento, entre outros, introduziram um cariz científico às explorações arqueológicas deste período específico, tentando contextualizar os objetos e assim contribuir para o seu entendimento e estudo, como é o caso de alguns dos sítios arqueológicos apresentados neste trabalho.

Os finais do século XIX inícios do século XX, caracterizam-se também pela criação de associações direcionadas para o estudo e preservação do património, com incidência no arqueológico, desenvolvendo-se projetos de investigação em sítios arqueológicos então descobertos e promovendo-se a sua divulgação através de revistas da especialidade, muitas das quais perduram até ao presente como “O arqueólogo português”, “Portugália” e “Revista Guimarães”, que constituíram fontes de investigação ao trabalho aqui apresentado. Quando se iniciou o estudo, sabia-se que destes vinte e três objetos - entre um lote de outros materiais arqueológicos ali existentes já estudados - apenas sete deles possuíam etiquetas ou marcações com o Nº inventário do MMP, sendo quatro incorporados diretamente no Museu Nacional Soares dos Reis,

e os restantes doze não possuindo qualquer informação. Relativamente ao seu contexto arqueológico, apenas cinco objetos possuíam referência ao sítio arqueológico de onde eram provenientes; sete possuíam alguns elementos relativos à localização (lugar e freguesia/concelho) permitindo a identificação do sítio arqueológico de onde eram originários; e, finalmente, os restantes onze não possuíam qualquer elemento sobre a sua proveniência. De salientar que nenhum dos sítios arqueológicos estava descrito, nem existiam referências bibliográficas em relação aos mesmos. Em relação à forma de incorporação dos objetos, conhecia-se a forma de incorporação para sete deles, desconhecendo-se a forma de incorporação dos restantes dezasseis. De salientar que nenhum dos objetos possuía uma descrição técnica dos mesmos, nem estavam designados de acordo com as diferentes tipologias e nomenclatura utilizada pelas normas de inventário do IMC sendo, ainda, a descrição dos mesmos reduzida e pouco específica.

Inicialmente as fontes utilizadas na investigação partiram das fichas de inventário de cada objeto bem como das informações que estes possuíam, tais como etiquetas e documentação avulsa que estava junto com as peças. Posteriormente passou-se para a consulta de documentação do arquivo do Museu Municipal do Porto existente no MNSR, Arquivo Histórico do Porto e Biblioteca Municipal Pública do Porto, na tentativa de encontrar dados sobre estes objetos. No caso do arquivo do Museu Nacional Soares dos Reis e do Arquivo Histórico do Porto, a documentação estava tratada e catalogada, facilitando assim a escolha dos documentos a consultar, documentação essa que assentou em: Livros de entradas do MMP e MNSR; Livros de depósitos do MMP e MNSR; Livros de registos de entradas/ofertas/doações/aquisições; Livros de registo de correspondência; Etiquetas de objetos; Cartas de agradecimento de ofertas; Inventário das coleções do MMP 1938/40; Inventário dos Objetos arqueológicos incorporados no MNSR provenientes do MMP e que foram transferidos para o Museu Etnologia e ainda o Guia do MMP de 1902, elaborado por Rocha Peixoto. A consulta levada a cabo na Biblioteca Municipal Pública do Porto, foi mais exaustiva, visto a documentação pertencente ao arquivo do Museu Municipal do Porto não se encontrar tratada nem catalogada.

O passo seguinte da pesquisa desenvolvida passou pelo levantamento de informações e bibliografia especializada (revistas, monografias, catálogos, cartas arqueológicas, etc.), acerca das tipologias abordadas nesta investigação e dos sítios arqueológicos dos objetos estudados, na tentativa da sua contextualização. Para este efeito, a consulta da base de dados do IGESPAR foi importante na medida que permitiu obter informações bibliográficas sobre estas temáticas.

Em termos de resultados obtidos, o estudo realizado permitiu definir tipologias para todos os objetos, assim como o seu enquadramento nas respetivas cronologias e a realização da sua descrição física; dotar os objetos que possuíam o contexto arqueológico de onde provinham, de informação relativa ao mesmo sítio arqueológico, e em alguns casos até definir a data e campanha de escavação em que foram encontrados; contextualizar arqueologicamente alguns objetos sobre os quais havia apenas alguns dados do local/concelho de onde eram provenientes; encontrar alguns dados relativos, ainda que escassos, quanto à forma de incorporação de alguns objetos através da consulta de documentação dos arquivos consultados; identificar alguns objetos referidos na lista de inventário do MMP que não estavam referidos como provenientes deste Museu; estabelecer ligações com outros objetos provenientes dos mesmos contextos arqueológicos aqui descritos que se encontram presentemente em instituições públicas e finalmente compilar todas as informações numa ficha de estudo para cada um dos objetos. Em termos de mediação cultural, foi ainda possível a apresentação de um projeto de exposição temporária a realizar no Museu Nacional Soares dos Reis, cuja ideia principal assenta na recuperação da funcionalidade e contexto original destes objetos, assim como traçar o seu percurso histórico, como parte da história do próprio museu.

A aplicação prática desta investigação permitirá a atualização das Fichas de Inventário destes vinte e três objetos no programa Matriz do MNSR (trabalho ainda a desenvolver); a realização de um projeto expositivo no MNSR com os objetos estudados (encontrando-se presentemente em preparação para se realizar ainda este ano); a publicação de artigos em revistas da especialidade e ou outro tipo de publicações e ainda a cedência da informação sobre os objetos a instituições/museus dos locais de onde são provenientes, objetivo este já concretizado, tendo sido fornecida a informação relativa a alguns dos objetos estudados às autarquias de Oliveira de Azeméis e Montalegre.

Em conclusão, a investigação desenvolvida pretendeu não apenas o estudo de um conjunto de objetos com características peculiares de uma época, que remontam às primeiras manifestações museológicas e arqueológicas nacionais, mas também uma reflexão sobre a forma como são geridas as coleções museológicas e o contributo que a investigação de cariz académico pode dar, trazendo para o conhecimento do público acervos que doutra forma se manteriam no anonimato. Propondo-se assim um projeto de

mediação que deverá fugir a experiências pedagógicas rígidas, permitindo antes uma viagem entre o público e os objetos, e todas as vivências que eles transportam consigo desde que foram concebidos até à sua chegada ao museu.

Orientadores: Prof^a Doutora Alice Semedo

Data de defesa: 12 de Dezembro de 2011.

Autor: **Dulcídio Pereira Vaz Pinto**

Título: ***O Turismo em Ovar entre 1945 e 1960***

Palavras-chave: Turismo; Praia; Procissões; Carnaval.

Resumo

A presente investigação pretendeu focalizar a temática do turismo em Ovar no período compreendido entre 1945 e 1960. E porquê a opção por este assunto? Se por um lado se verificava pouca objetividade e alguma escassez de estudos versando sobre a temática, por outro as fontes abundavam com alguma incidência no período estudado, permitindo desta forma avançar para a investigação e tentar compreender o que foi a génese do turismo em Ovar.

Numa primeira fase é feita uma análise muito sucinta ao processo evolutivo do turismo desde os primórdios da humanidade até ao século XX. De alguma forma tentou-se explorar a vertente generalista do turismo com intuito de compreender alguns aspetos mais pertinentes do tema.

Seguindo o fio condutor da investigação, era essencial uma alusão aos organismos ligados ao turismo em Portugal. A importância das Juntas de Iniciativa de Turismo, e mais tarde as Juntas de Turismo, refletiram sobremaneira o desenvolvimento turístico local, pondo em evidência o esforço destes organismos na criação de infraestruturas com vista a suplantar as enormes carências existentes nas praias.

A vila de Ovar não foi exceção, muito por “culpa” da persistência do poder central e ocasionais auxílios financeiros dos homens que estavam à frente da Junta de Turismo, tornando-se assim possível a cada vez maior afluência de banhistas ao Furadouro no início da década de 50. Importantes industriais como Francisco Ramada e José Borges, que estiveram à frente da Junta de Turismo da Praia do Furadouro durante grande parte da década de 50, tornaram-se os “mecenas” de um Turismo em ascensão que urgia desenvolver, tais eram as potencialidades naturais ainda por explorar.

A vila de Ovar e a praia do Furadouro, separadas por uma estrada de 4,5 quilómetros, tornaram-se uma espécie de simbiose, só assim se compreende o ambiente social que se vivia na época. Curiosamente, Ovar em meados dos anos 40 era uma terra de pacatez quase mórbida e sem grandes monumentos. No entanto, existiu sempre a preocupação, por parte dos autarcas, de preservar e valorizar os monumentos que Ovar possuía, nomeadamente as capelas dos Passos que, em 1949, foram consideradas imóveis de interesse público. Com muito pouca indústria, a agricultura absorvia a maior parte da mão-de-obra dos habitantes da vila que, pouco buliçosa, nada fazia emergir da sua quase patogénica quietude. A partir de 1950 a situação altera-se substancialmente, em parte devido à emigração que começa a acontecer para a Venezuela e Brasil. O aumento dos banhistas no Furadouro transformou a vila no principal ponto de passagem para a praia. A imprensa local é, com efeito, um referencial por excelência nesta matéria, realça aspetos muito interessantes sobre a vida cultural e social ovarense por essa altura. Fonte notabilíssima através da qual se verifica o emergente e vívido clima que paulatinamente se foi instalando em Ovar na ânsia de bem receber os forasteiros que da vila se acercavam.

Prova evidente disso foi o gradual aparecimento de cafés em Ovar. Um dos mais conhecidos foi o café “Progresso” que abriu as suas portas no dia 17 de Dezembro de 1949. Nesse dia contou com a presença das entidades oficiais mais importantes da vila. Foi palco de animadíssimos bailes de fim de ano e agradabilíssimas reuniões. Era centro de convergência de pessoas vindas de outros concelhos.

A pequena vila ovarense era a antecâmara da praia do Furadouro. Impunha-se por parte das autoridades locais, nomeadamente através da Câmara Municipal, que zelassem pela higiene pública das ruas e edifícios. No âmbito da segurança pública destacou-se a figura do Cabo Santos, comandante do posto da GNR que desenvolveu esforços no sentido de reprimir a criminalidade da época, várias vezes elogiado pelas entidades públicas ovarenses.

Em relação à praia do Furadouro, foi crucial o papel da Junta de Turismo que desenvolveu esforços, em parceria com a Câmara Municipal, junto das instâncias governamentais conseguindo, assim, dotar a praia do Furadouro das infra-estruturas urgentes de que carecia, como: água potável, eletricidade e esgotos. Tudo isto como o intuito de atrair mais banhistas à praia. Estavam reunidas as condições para dessa forma, conseguirem casas de superior qualidade durante o tempo de férias, comparativamente aos ultrapassados e paupérrimos palheiros de escassas condições higiénicas, anteriormente procurados pelos veraneantes embora em reduzido número.

A praia do Furadouro a partir dos anos 50 começa a ser frequentada por muitos banhistas, oriundos de Oliveira de Azeméis e São João da Madeira. Muito aquém das praias de eleição de Granja e Espinho, ainda assim o movimento aumentava de ano para ano. As classes mais abastadas frequentavam a parte Norte da praia, enquanto no Sul se banhavam os mais pobres e os pescadores praticavam a faina piscatória.

A “Sociedade de Melhoramentos da Praia do Furadouro” tomou em mãos o projeto de edificação do Hotel Mar e Sol. Era constituída por um conjunto de ovarenses amigos da sua terra e mercê da boa vontade de todos e algum auxílio financeiro dos próprios, materializava a vontade de possuir no Furadouro um edifício digno dos seus hóspedes. O hotel foi inaugurado em Junho de 1946 ao Norte da praia, onde anteriormente existiam algumas casas de pedra e cal e vários palheiros. Não sendo uma construção de máximo requinte, estava apetrechada de tudo quanto havia de mais moderno à época. Foi durante muitos anos a melhor unidade hoteleira do concelho. Ali estiveram hospedados: artistas pintores, industriais, políticos locais, estudantes, assim como demais forasteiros dos concelhos limítrofes.

De realçar as atividades caritativas desenvolvidas pelas sucessivas gerências do hotel com especial relevo para os grandes bailes, cujas receitas revertiam para a chamada “sopa dos pequeninos pobres do Furadouro” que teve início a 18 de Agosto de 1953.

Nos finais da década de 50, o hotel passou por diversas vicissitudes chegando quase a encerrar as portas em 1959. Apesar de tudo os anos 50 refletiram a época de ouro do hotel, principalmente nos primeiros anos, tanto no Inverno como na época de veraneio.

Entretanto, nas margens da Ria de Ovar, desenvolviam-se novas atrações turísticas, especialmente na vertente desportiva. Uma nova realidade “emergia” das águas calmas da Ria, desde a pesca aos desportos náuticos deram origem à realização da 1ª Regata de Vela entre Ovar e Aveiro em Agosto de 1958. De qualquer modo as autoridades ovarenses, atentas ao despertar turístico da Ria, pugnavam pelo desenvolvimento da área envolvente, nomeadamente pela construção da estrada marginal entre Ovar e Torreira. As obras do porto de Aveiro tornaram emergente a construção desta estrada, porquanto viria a ser a ligação subsidiária em termos de transporte de materiais para a vultuosa obra. A dragagem da Ria de Ovar, também realizada por essa altura, teve como objetivo os mesmos intentos, possibilitando a navegabilidade de embarcações de maior dimensão.

A par desta importante obra, foram criadas as condições para se fazerem os tão famosos passeios na Ria, possíveis graças à aquisição da Lancha “Vareirinha” por parte da Junta de Turismo da Praia do Furadouro. Houve claramente a perceção por esta entidade da relação de proximidade entre a Praia e a Ria. Começava a despontar nos veraneantes um gosto simultâneo pelos dois locais de lazer. Por um lado a Praia e o Sol, por outro a Ria com o seu ambiente intimista, calmo e relaxante.

Esta procura da praia e da Ria teve as suas repercussões no movimento da vila. As tradicionais procissões quaresmais, apesar de seculares, adquirem novo sentido porque se tornavam cada vez mais conhecidas pelos forasteiros. Por altura da Quaresma, a enorme afluência de público nas ruas da vila, imprimia um clima vívido de manifestação de fé durante as procissões dos Terceiros e dos Passos. Tal situação favorecia consideravelmente o comércio local dada a considerável afluência de forasteiros nesses dias.

O Carnaval de Ovar, organizado pela primeira vez em 1952, veio dar voz e colorido extravasante ao que já vinha acontecendo na vila desde há muitos anos até essa data. Os bairros exibiam os seus carros alegóricos que, na folia do entrudo, competiam na diversão com o chamado Carnaval Porco. Este último no final da década acabou por desaparecer.

Acorriam aos milhares os turistas vindos não só dos concelhos vizinhos como também das localidades mais a Norte, atraídos pelo colorido da festa e folia dos ovarenses, tornando-se a partir de então o maior cartaz turístico em Ovar.

Ovar e o mar sempre estiveram em ligação permanente mas a festa do mar ou dos pescadores, realizada todos os anos em setembro, foi-se tornando a festa de todos. Todas as classes sociais tinham na festa um ponto de convergência ao nível das práticas religiosas. A religião tornava indistinta a qualidade social de todos e cada um. Um exemplo comum que testemunhava esta realidade sobressaia aquando da passagem da procissão nas ruas do Furadouro em que todos, sem exceção, se ajoelhavam e rezavam em uníssono à passagem do andor principal, as figuras do Senhor e Senhora da Piedade. Com a duração de três dias vivia-se a contemplação do sagrado numa só fé.

Acabada a festa do mar, desmontavam-se as tendas, cessavam as animações, os ricos de um lado e os pobres do outro, tudo voltava a ser como antes, apenas o barulho do mar e o vento zunindo, juntos como sempre estiveram...

Este trabalho teve a pertinência de recorrer não só a fontes escritas, importantes é certo, mas também perscrutar de forma mais ou menos acentuada as fontes orais. Deste modo, e à luz de testemunhos fidedignos, por quem tomou parte ativa nos acontecimentos mais relevantes a nível turístico em Ovar, foi possível descortinar o troar dos acontecimentos passados sem a amálgama desconfortante do supérfluo e inútil, pondo assim em evidência a génese do turismo em Ovar. Esta investigação preencheu um vazio sobre a temática do turismo local. Contribuiu decerto para um vasto conhecimento dos primeiros passos do turismo na vila...

Orientadora: Professora Doutora Maria Antonieta Cruz

Data de defesa: 6 de Dezembro de 2011

Autor: **Olinda Tavares Noronha**

Título: ***A Documentação Histórica Conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva 1582-1910 (Estudo e Catalogação).***

Palavras-chave: Arquivos históricos, história local, Castelo de Paiva, Casa de Bragança, concelhos.

Resumo

Ao ingressarmos no Mestrado de *História e Património* – ramo Arquivos Históricos, tivemos como principal objectivo a realização de um estágio num contexto de trabalho que nos permitisse adquirir ferramentas práticas que fossem de encontro aos objectivos do referido mestrado.

Decidimos que seria uma boa escolha o arquivo da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, ou melhor dizendo, a documentação histórica que existia, depositada na referida Câmara, visto que esta instituição não possui o arquivo como um serviço público. A documentação em questão, não tendo qualquer estudo prévio coevo, prenunciava a oportunidade do estágio e do resultado final.

Sendo assim, o objectivo era o de estudar esta documentação, inventariá-la e, se possível, efectuar o catálogo. Definimos como tema o **“A Documentação Histórica conservada pela Câmara Municipal de Castelo de Paiva”**.

Para podermos efectuar o estudo, primeiramente, tivemos que limitar a documentação no tempo, impondo, para isso, balizas cronológicas, entre as quais iria estar inserida a documentação. Como não sabíamos qual o volume, nem a data em que esta se iniciava, optámos por definir, à partida, que a data de início era a do documento mais antigo que constasse no conjunto a estudar. Para a data final, decidimos que o melhor era o ano de 1910, por ter mudado o regime governamental de uma Monarquia para uma República, e, conseqüentemente, com previsíveis alterações a nível da administração local, que, por seu lado, se reflectiriam na documentação produzida. Ficou assim definido o enquadramento temporal, que mais tarde se fixou nas datas de 1582-1910.

Era necessário perceber que género de documentação iríamos encontrar, tendo em conta a evolução Histórica do concelho de Castelo de Paiva. Para isso, tivemos que investigar, não só, a evolução da legislação que reformou a Administração Local, como ainda apurar o impacto das reformas na estrutura governativa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. Para isto foi necessário elaborar um organigrama de como terá funcionado a Câmara Municipal, tendo em conta a legislação que enquadraria a documentação. Isto pressupôs a realização de um estudo aprofundado sobre a evolução histórica do concelho, principalmente a nível administrativo. Ainda se teve que ter em conta o facto de que o concelho se encontrou sob jurisdição da Casa de Bragança, o que poderia traduzir-se em determinações próprias, específicas, do ponto de vista administrativo.

Como já esperávamos, tendo em conta a própria evolução da administração local entre o antigo regime e o liberalismo, também estava sob alçada da Câmara documentação relativa ao Administrador do Concelho, assim como a de algumas Paróquias, facto este que exigiu um estudo acerca da estrutura orgânico-funcional ao longo dos tempos, para que pudéssemos compreender o contexto de produção da documentação e de estar ali depositada tipologias documentais diversificadas, quem a produziu e com que finalidade foi produzida.

Depois de estudada toda a documentação identificou-se a produzida por três órgãos, Câmara Municipal, Administrador do Concelho e Paróquias, ou seja da administração pública e eclesiástica, que se confundiram e assumiram competências conjuntas em diversos momentos. Esta destriça foi possível com o compulsar da documentação, com o que estava implícito nas ordenações e na legislação do reino e da igreja.

Para a elaboração do catálogo de uma forma mais correcta e padronizada, foram adoptadas as normas actualmente em vigor em Portugal, ISAD (G) Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística e a ISAAR (CPF) Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Entidades Colectivas, Pessoas e Famílias, de modo a produzirmos um catálogo normalizado que fosse de fácil compreensão para

todos aqueles que o precisassem de consultar.

A um nível mais micro, foi possível, relativamente à documentação correspondente à Câmara Municipal, e tendo em conta que o único órgão de produção que chegou até nós, a secretaria, fazer uma análise da tabela de emolumentos relativa às certidões que o escrivão da câmara passava, confirmando-se o funcionamento normal da secretaria da Câmara para o período a que se reportava a documentação.

Já relativamente à documentação produzida pela secretaria do Administrador do Concelho, ela confirma o que era espectável segundo as competências daquele órgão. Ao lado da documentação relativa à administração de património surgem elementos que evidenciam processos de mobilidade, como é o caso de emigrantes (os termos de reconhecimento de identidade e isenções ao Serviço Militar).

Quanto às paróquias, estas unidades de administração religiosa manifestaram uma riqueza extraordinária. A documentação é composta por registos paroquiais, actas de eleição para os membros da Junta da Paróquia, emprazamentos, registos de legados, assim como os pagamentos e relatórios de contas das diversas paróquias. Por sua vez as confrarias que juntavam os fiéis debaixo de uma devoção espiritual e de caridade, também compõem este conjunto documental, em especial a confraria do Santíssimo Sacramento que se multiplica nas diversas paróquias.

Do ponto de vista da conservação da documentação, toda ela foi acondicionada do melhor modo possível. Para facilitar o acesso aos documentos pretendidos, optámos por relacionar uma cor e uma pasta para cada órgão de produção. Já a nível de documentos, cada documento foi acondicionado individualmente, com a sua respectiva referência.

A documentação analisada prova que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva não pode ser estudada como um simples órgão administrativo, mas sim como o resultado de um longo processo, um processo de séculos, pois toda a sua génese e história está intimamente inserida na própria História do concelho, sendo sob esta perspectiva que delinhamos o nosso projecto. A comprovação de que em Castelo de Paiva o modo de funcionamento administrativo se assemelhava a todo o resto do país, foi também um ponto importante, embora sem descurar a articulação com a realidade senhorial da Casa de Bragança.

Concluindo, este estudo deu-nos a perspectiva de que os arquivos camarários possuem informação valiosa para a reconstrução da história local e nacional, informação que não devemos “perder” e que ao ser efectuado um estudo a este nível, poder-se-á recuperar informação desintegrada do contexto de produção. A nível de catalogação de documentos, permitiu-nos saber preparar e elaborar um catálogo de documentos para que estes possam estar devidamente classificados e disponíveis à consulta pública. Finalmente, não menos importante, este trabalho elucidou-nos para o facto de que o estudo de arquivos históricos tem que ser feito com a sensibilidade de um historiador e de um arquivista, pois só assim o estudo poderá ser completo. Sem a sensibilidade que cada um tem para a sua função, haveria informação histórica e técnicas de trabalho que ficariam perdidas.

Orientadores: Prof.^a Doutora Inês Amorim e Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro.

Data de defesa: 14 de Novembro de 2011.

Autor: José da Silva Coutinho Gouveia

Título: *Descrição e organização do Fundo do Convento de São Francisco do Porto: valorização de um património arquivístico religioso conventual*

Palavras-chave: Descrição arquivística, Convento de S. Francisco do Porto, fundo conventual, património histórico, Ordem dos Frades Menores.

Resumo

Entre os meses de Novembro de 2010 e Maio de 2011 desenrolou-se o estágio no Arquivo Distrital do Porto, integrado no 2º ano do curso de Mestrado em História e Património, ramo Arquivos Históricos, grau conferido pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. O tema do estágio foi a descrição e organização do fundo do Convento de S. Francisco do Porto, tutelado pelo Arquivo Distrital do Porto, como forma de valorização - identificação, descrição, contextualização e divulgação - deste património arquivístico conventual.

O estágio teve por objeto a documentação do Fundo do Convento de São Francisco do Porto existente no Arquivo Distrital do Porto (ADP), cujo conteúdo informacional possui grande valor patrimonial. Este fundo incluía como sub-fundo a documentação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. A influência e a importância que o Convento de São Francisco do Porto teve, durante o tempo da sua existência na história da cidade do Porto, entre 1233 e 1834, e o valor que a sua igreja - único sobrevivente da sua estrutura física - ainda possui no contexto arquitetónico, artístico, turístico e cultural portuense motivaram a escolha do seu fundo presente no ADP para objeto do estágio. Apesar de não estarem visíveis as paredes do Convento de São Francisco do Porto, o seu acervo documental, afetado já por tantos perigos e condicionalismos, é hoje testemunha valiosa da sua existência e da interligação da sua vida humana, religiosa e comunitária com a vida urbana do Porto ao longo dos tempos. Além disso, os fundos provenientes dos extintos mosteiros e conventos portugueses e dispersos pelos vários arquivos distritais e nacionais são importantes fontes históricas que, na sua maioria, não têm recebido até agora o trabalho de descrição arquivística devido, que a sua riqueza patrimonial merece.

O objetivo principal do estágio foi o de corrigir a descrição e organização arquivísticas a que esse fundo já tinha sido submetido, a fim de contribuir para a sua preservação e disponibilização ao público. Pretendeu-se, em termos mais específicos, verificar e validar as descrições do Fundo do Convento de São Francisco do Porto presente no ADP à luz das atuais normas arquivísticas nacionais e internacionais, nomeadamente da ISAD(G), da ISAAR(CPF) e da ODA (ver. 2), descrever os documentos do mesmo fundo ainda não descritos até ao nível do catálogo, anexar a referência aos documentos provenientes do Convento de São Francisco do Porto que se encontram noutras instituições, reorganizar as secções e séries do fundo e reconstituir intelectualmente o arquivo original do Convento de São Francisco do Porto por altura da sua extinção, em 1834.

Para a consecução destes objetivos, foi feita a verificação e validação das descrições já efetuadas no Digtarq, plataforma digital em uso no ADP, e a descrição dos restantes documentos ao nível do catálogo. A par destas tarefas, foi desenvolvido um trabalho de pesquisa de documentação produzida pelo mesmo convento portuense e tutelada por outras instituições, mormente pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo e pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, bem como um estudo de contextualização da documentação, centrado em particular na história deste convento franciscano e na estrutura orgânica e funcionamento da sua comunidade. A descrição arquivística do fundo, que passava necessariamente por uma correção aceitável da descrição feita anteriormente, só seria possível através de uma metodologia desenvolvida numa dialética constante entre duas vertentes: por um lado, a leitura e análise cuidadosas dos documentos e, por outro lado, a sua contextualização histórica e documental. Na análise documental foi feito uso dos conhecimentos de Paleografia e Latim e do estudo prévio das normas de descrição arquivística. Para a contextualização, foram consultados dicionários e enciclopédias e foi realizada uma pesquisa de fontes e de bibliografia auxiliares. Estudámos principalmente a história da cidade do Porto, bem como a história, normas e espiritualidade da Ordem dos Frades Menores. Foi a análise atenta dos suportes e conteúdos da documentação, juntamente com a sua contextualização e relacionamento com outros documentos do mesmo convento custodiados por outras instituições, que possibilitaram a sua reorganização em secções e séries. Como princípios no processo da descrição, procurámos manter a

fidelidade ao conteúdo dos documentos e da sua tradição documental, respeitar os trabalhos arquivísticos realizados previamente, manter a uniformidade e a consistência, possibilitar a contextualização dos documentos e possibilitar a pertinência para o pesquisador. Este trabalho, apoiado na interligação entre o saber teórico e a execução prática, desenvolveu-se também dentro de uma dinâmica sinérgica de colaboração com a equipa de técnicos e outros funcionários do ADP.

Para além do relatório final e do catálogo do Fundo do Convento de São Francisco do Porto do ADP, este estágio apresentou também como resultados uma lista das tipologias documentais do fundo, um breve historial do convento, suportado por uma cronologia, e organigramas da estrutura interna do convento e da estrutura da Ordem dos Frades Menores. Já fora do tempo de estágio, foram descritos também os documentos que se encontram no fundo do mesmo convento no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e na Biblioteca Pública Municipal do Porto. Também para estes documentos foi proposta a mesma reorganização intelectual em secções e séries utilizada para o fundo do ADP.

O estágio no Arquivo Distrital do Porto foi uma experiência bastante enriquecedora e formativa. Possibilitou resultados científicos integrados, quer pelos conhecimentos adquiridos sobre a história da Ordem dos Frades Menores e sobre a cidade do Porto, quer pela concretização da aprendizagem na Ciência da Informação, quer pela análise cuidada dos suportes e conteúdos da documentação, quer ainda pela inserção na dinâmica de um arquivo distrital. O percurso de estágio transformou-se num exercício metodológico passível de aplicação noutras circunstâncias para outros projetos. Como seus principais valores, pode salientar-se o trabalho de contextualização histórica do fundo e dos respetivos documentos, como auxílio para a compreensão dos mesmos por parte do utilizador, e a adaptação das mais recentes normas nacionais e internacionais à descrição arquivística de um fundo conventual, servindo esta de plataforma modelar para futuras descrições de fundos semelhantes, com destaque para as correções relativas aos títulos dos documentos e à sua datação, para as referências à tradição documental, ao tipo de escrita e a documentos relacionados e para a valorização dada ao preenchimento do campo de descrição do âmbito e conteúdo.

Orientadores: Dr. António Armando Sousa (estágio), Prof.^a Doutora Fernanda Ribeiro e Prof.^a Doutora Inês Amorim.

Data de defesa: 25 de Novembro de 2011.

Autor: **Ana Isabel Correia Teixeira**

Título: ***Cooperação e Conflito(s). As companhias de pesca da costa de Mira nas primeiras décadas do século XIX (1802-1830).***

Palavras-chave: Pesca, sociedades, Mira, organização económica, ecossistema.

Resumo

A organização de sociedades piscatórias, em torno da exploração do mar, e as rotinas que pautam a economia e organização de trabalho das comunidades de feição marítima são as abordagens desenvolvidas no presente estudo, intitulado *Cooperação e Conflito (s). As companhias de pesca da costa de Mira nas primeiras décadas do século XIX (1802-1830)*, tendo como espaço de observação a costa de Aveiro, mais propriamente a praia de Mira, nos primeiros 30 anos do século XIX.

As sociedades piscatórias da costa de Mira no período assinalado, a sua constituição, o trabalho desenvolvido no terreno (entre a terra, a praia e o mar e para lá do mar, noutros mares), a sua organização interna e as relações externas, são o objectivo directo da investigação. Pretende-se averiguar a ocorrência de conflitos e/ou a cooperação evidente ou não entre companhias, externamente, e entre elementos da mesma companhia, internamente.

Concebeu-se, à partida, que cada companhia (o conjunto de pescadores, arrais e eventuais companheiros não participantes na pesca mas investidores de capitais), como sociedade de trabalho, contribuiria para a evolução do espaço marítimo e para a sua extensão. As relações que os pescadores estabelecem entre si, dentro e fora da companhia, entre conflito e coalescência, poderiam influenciar ou não os ritmos de trabalho e a rentabilidade da actividade económica. Da mesma forma, o contexto em que as sociedades existem/coexistem pode exercer a mesma influência nos ritmos e aproveitamento da pesca. Ou seja, tendo em conta o contexto ecossistémico em causa (praias arenosas marcadas pelo domínio da espécie pelágica costeira, próxima da superfície, como a sardinha e uma tecnologia adaptada, artes de arrasto ou xávega) ter-se-ia que avaliar em que medida marcaria ritmos de territorialização da praia, da terra para o mar. Daí a necessidade em avaliar os modos de exploração e adaptação ao espaço, os ritos de sociabilidade e os meios de auxílio, as práticas/rotinas/hábitos de colaboração e cooperação, a afirmação de grupos de trabalho significativos em torno do mar e da pesca.

A abordagem económica que aqui se pretendeu realizar é traçada em moldes micro (o da costa de Mira, saber o local e as atitudes e comportamentos dos homens reais) tendo em consideração os possíveis reflexos de um contexto macro, político-económico, num período conturbado para a história das instituições (implantação do liberalismo e de uma legislação afim 1802-1830) e para a actividade económica vigente, a dapesca (vejam-se os discursos acerca da falta de pescado para suprir a dieta alimentar).

A investigação, auxiliada por leituras de carácter geral e local, a pesquisa em três arquivos de diferentes categorias, que se justificaram, em grande medida, pelo facto de que o concelho de Mira ser englobado pela jurisdição da Casa das Rainhas (o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo da Universidade de Coimbra, Arquivo Municipal de Mira), a organização de informação e cruzamento de dados, dão conta da existência de uma comunidade fortemente alicerçada e enraizada num espaço que explora e no espaço que habita (ausentando-se da costa esporadicamente, segundo ritmos sazonais, perseguindo o peixe noutras costas)

No período assinalado, a comunidade de Mira ocupa o espaço próximo do litoral e explora os recursos da fauna e flora. Tal é possível verificar pelas ocupações que as fontes, em particular o livro de ordenanças, nos apresentam para o ano de 1831 (Arquivo Municipal de Mira). Os dados apontam para uma percentagem esmagadora de pescadores nos lugares, de Portomar (39%), Seixo (25%), Cabesso (19%), Preza (aprox.10%) em contraposição com os destacados lugares de Carromeu (12%), Ermida (11%), Ramalheiro (aprox.9%), Corujeira (aprox.6%), que apresentam um maior número de seareiros (lavradores assalariados) a par da Preza (12%) e do Cabesso (10%).

A organização das companhias, o seu funcionamento e a relação entre os companheiros é documentada pelo fundo notarial (arquivo da Universidade de Coimbra), porque é nesta procura, folha a folha, que se encontra o entendimento das dinâmicas laborais. Pela sua análise observa-se uma dinâmica crescente da actividade piscatória. São cerca de 700 pescadores (de 1812 para 1824 num total de 5 companhias) que ora pescam na costa, ora pescam nos rios do Reino (Douro e Tejo). O que se pode ler nestes contratos é,

aparentemente uma tranquilidade de relações. Mas a linguagem jurídica revela um mundo em ebulição, porque identifica pontos nevrálgicos de difícil entendimento interno. Proíbe-se que se desvinculem de companhia e transitam para outra, obriga-se a que se mantenha o nome da sociedade, pretende-se uma harmoniosa convivência entre companheiros e o respeito e obediência destes pelos chefes da governação, obriga-se, igualmente, ao pagamento de uma parte da dívida da sociedade, penalizam-se comportamentos que atentem à boa relação dos sócios, criam-se mecanismos de auxílio mútuo (viúvas e orfãos), conferem-se funções, direitos e deveres às diferentes categorias, no seio da companhia.

Contudo, alguns laços parecem ser a rede que se compõe. É que grande parte era parente (filho de – 240 ligações, em contratos, neto de – 2 ligações, em contratos, irmão de – 5 ligações, em contratos) de pescadores, alguns elementos partilham o mesmo meio laboral com membros da família. Efetivamente, da mesma forma que os pais dos companheiros menores figuram nos contratos como tutores, os parentes (pais, sobretudo) assumiam a responsabilidade pelos mais novos membros da sociedade, como parte de uma máquina dinâmica (compõem a força braçal que a sociedade precisa). Ao mesmo tempo todos auxiliam os órfãos e viúvas de ex-companheiros, que encontram, no trabalho contínuo da sociedade/companhia, uma forma de sobrevivência.

Em conclusão, como produto da presente investigação, é possível elencar algumas das suas conquistas – definição concreta do espaço extensível de Mira, reconhecimento da estrutura socioprofissional da comunidade, reconhecimento dos grupos de trabalho que exploram a costa de Mira, entendimento das companhias como meios de cooperação/sociabilidade e dos pescadores como membros da mesma companhia e/ou de companhias que partilham o mesmo espaço.

Somam-se alguns pontos de partida de investigação futura, frente, até, às dificuldades sentidas: a necessidade em penetrar nas relações profissionais e pessoais entre os companheiros das sociedades de pesca, o definir um retrato sócio familiar e a função e o impacto do trabalho na pesca na organização e representação confraternal (nas confrarias e fraternidades/associações de pescadores). Tal só será possível de concretizar com a exploração sistemática dos fundos elencados (por exemplo dos fundos do Arquivo Municipal de Mira, ainda em organização) e do cruzamento dos mesmos com os Fundos Paroquial e Notarial, metodologia que a dissertação defendida permitiu testar e projectar novas perspectivas.

Orientadores: Prof^a Doutora Inês Amorim.

Data de defesa: 13 de Dezembro de 2011.

Curso de Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação

Autor: **Ana Regina da Silva Pinho**

Título: ***A Imigração Irregular em Portugal: vidas que explicam factos.***

Palavras-chave: Imigração irregular; histórias de vida.

Resumo

No âmbito do Mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação, a dissertação “*Imigração Irregular em Portugal: vidas que explicam factos*” baseia-se, em parte, em entrevistas a imigrantes em situação irregular, na busca de explicações para um fenómeno tão intemporal quanto actual, numa análise tão pertinente do ponto de vista científico, quanto necessária do ponto de vista político-social.

A referida investigação procura, nas histórias de vida de imigrantes detidos no único centro de detenção deste género em Portugal, algumas respostas acerca das circunstâncias que conduzem a este tipo de situação em território nacional português.

Emolduradas por quadros teóricos pertinentes, estas histórias são acompanhadas de uma análise cuidada dos contextos históricos, migratórios e legais que as envolvem e lhes dão sentido, bem como do panorama migratório português, desde a sua evolução à sua estrutura institucional e legal, e da imigração irregular a um nível internacional.

Além de perceber as razões que levam alguns a partir em situação à partida irregular, pretendeu-se também entender todo o processo que conduz à irregularidade cidadãos que começaram a sua estadia no nosso país em situação regular, através de uma análise pormenorizada do contexto internacional que dita as regras da regularização do estatuto do migrante em território nacional e dos procedimentos internos que permitem torná-la efectiva. Visando diagnosticar causas e compreender os percursos de vida de imigrantes em situação irregular em Portugal, através dos casos de seis daqueles que acabam detidos na Unidade Habitacional de Santo António (Porto), e dos seus relatos na primeira pessoa, foram registadas as visões pessoais e vividas dos problemas que os afectam e das condicionantes que resultam na “opção” por um atalho arriscado, realçando as diferentes visões, proporcionadas por contextos culturais diversos, face às mesmas realidades, e perceber os contextos (históricos, migratórios e legais) que condicionaram os seus movimentos.

De um palestiniano apátrida, a um requerente de asilo de raízes divididas entre a Guiné – Bissau, a Mauritânia e o Egipto, passando por um ex-menino soldado da Serra Leoa, uma mãe de família nigeriana e um fugitivo do sul do Sudão, até um trabalhador georgiano, todos os testemunhos recolhidos permitem clarificar um pouco mais aquilo que é o percurso, as expectativas, as perspectivas e as vivências dos imigrantes em situação irregular em Portugal.

As entrevistas foram elaboradas de acordo com preceitos sociológicos adequados, procurando abranger as diferentes fases do percurso dos entrevistados. Nesta fase, os manuais sobre as práticas de recolha de História Oral nas Ciências Sociais foram guias essenciais e a orientação de docentes do curso fundamental.

Após aprovação por parte do Serviço Jesuíta aos Refugiados – instituição que trabalha na UHSA em parceria com o SEF, no apoio psicossocial aos utentes da UHSA – do guião elaborado e dos propósitos de investigação apresentados, procedeu-se à recolha dos testemunhos durante os meses de Abril e Maio de 2011.

A escolha dos entrevistados foi realizada de forma arbitrária, de acordo com a disponibilidade e vontade dos utentes. Aos utentes a quem foi possível explicar os propósitos da investigação e que demonstraram vontade de participar da mesma, foram previamente apresentadas algumas questões tipo, para que pudessem familiarizar-se com as mesmas e certificar-se de que realmente estariam dispostos a responder-lhes. Todas as entrevistas foram agendadas com pelo menos um dia de antecedência, de forma a permitir ao entrevistado organizar ideias e reflectir sobre a sua decisão de as partilhar.

Constituídas por questões abertas, portanto não directivas, as entrevistas foram conduzidas de forma informal de maneira a, numa primeira fase, proporcionar o maior conforto possível aos entrevistados e garantir a maior fidelidade possível às suas narrativas. A sequência e definição das questões a colocar foi espontânea, ainda que os objectivos a cumprir tenham sido sempre tidos em conta.

As entrevistas tiveram lugar ou no Gabinete de Apoio Psicossocial, gentilmente cedido pela representante da JRS na Unidade, ou, quando não havia disponibilidade daquele, no Gabinete Médico da mesma, locais onde a privacidade do entrevistado e a qualidade sonora da gravação podiam ser garantidas. As mesmas foram captadas por uma câmara, sendo que o elemento audiovisual foi utilizado, unicamente, para garantir a qualidade sonora

da gravação, nenhuma imagem tendo sido recolhida. Em nenhum momento a identidade dos entrevistados é posta em evidência, excepto pela sua voz e história pessoal.

Os documentos relativos às entrevistas, juntamente com as gravações áudio, foram disponibilizados à JRS – Portugal e ao Arquivo da Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, para efeitos de futura investigação.

As histórias de vida recolhidas foram analisadas à luz das circunstâncias pessoais nelas expostas, dos contextos históricos que lhes dão fundamento e dos aspectos gerais da legislação e das tendências migratórias que as condicionaram. A cada história corresponde uma larga investigação acerca de vários aspectos envolvidos, capazes de contribuir para explicar as razões que lhe estão subjacentes, nomeadamente o enquadramento histórico/social e legal/migratório, recorrendo a relatórios de organizações nacionais (produzidos, na sua maioria, pelo Observatório da Imigração) e internacionais (nomeadamente a Organização Internacional das Migrações, PICUM - Platform for International Cooperation on Undocumented Migrants, e da JRS – Jesuit Refugee Service), a notícias e reportagens da imprensa nacional e internacional, a estatísticas disponíveis e a uma vasta bibliografia centrada nos contextos – históricos, sociológicos, políticos e dos instrumentos legais – dos vários universos envolvidos pelas histórias de vida em análise.

A primeira parte da dissertação, *Portugal: Retrato de um país in medias res*, pode constituir um quadro introdutório. Nela é feita uma análise do percurso de Portugal na sua relação com o fenómeno migratório, “*in medias res*” porque dividido entre a experiência, relativamente recente, como país de imigração e a realidade, constante e crescente, de um país que desde há muito tem na diáspora um elemento construtor da sua própria identidade.

Após a análise histórica, através de uma apresentação da estrutura institucional responsável pelo mesmo; de um resumo dos aspectos mais significativos, das Leis que regulam a “entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território português” (além das condições e procedimentos de concessão de asilo e protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária), bem como de uma curta análise da sua evolução mais recente, são explanados os procedimentos legais e institucionais que conduzem às situações de que as histórias de vida analisadas são exemplo.

Para garantir uma plena contextualização, a primeira parte inclui ainda um resumo acerca de alguns aspectos referentes ao panorama migratório actual em Portugal, baseado nos dados estatísticos apresentados, em 2011, pelo SEF, e uma pequena apresentação da UHSA.

A segunda parte da dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, cada um correspondendo a uma história de vida, à excepção do quarto capítulo - *Dois Caminhos, Um Destino* – que aborda duas histórias, recolhidas em separado mas que, por aquilo que têm em comum, fazem mais sentido quando analisadas em conjunto. Os restantes – *Um Percurso, Uma Oportunidade, Um Sonho e Um Futuro* – correspondem cada um a uma história singular.

Todas as histórias de vida foram analisadas como tal: histórias ao mesmo tempo únicas e universais, todas elas intemporais e dignas de atenção. A cada história corresponde, como já mencionado, uma análise das circunstâncias históricas que as envolvem e do contexto legal/migratório que as ajuda a explicar.

Na terceira e última parte, *Retalhos de um Mundo de Oportunidades*, as histórias de vida analisadas são enquadradas num quadro (ainda) mais abrangente, o das normas e atitudes globais face às migrações.

Em modo de conclusão, nesta que é uma perspectiva alargada do fenómeno, encontram-se várias interpretações, que partilhamos, dos aspectos que explicam as reacções internacionais ao fenómeno migratório, as posições de alguns face aos resultados práticos dessas mesmas reacções, e até mesmo algumas das causas que lhe estão subjacentes.

A análise atenta das histórias de vida recolhidas, bem como dos contextos que as emolduram, torna evidente que as escolhas destes migrantes não foram, na verdade, escolhas, senão imposições das circunstâncias que os rodearam. O conceito de “migrantes forçado”, aparece, desta forma, como passível de ser utilizado num contexto mais abrangente do que o habitual, uma vez que estas pessoas não se enquadram no conceito da forma que é correntemente utilizado, mas são-no, por via das suas vivências e dos seus percursos.

A detenção, acompanhada de efeitos adversos para os migrantes que dela são alvo, e cada vez mais utilizada como meio de controlo de fronteiras no Ocidente, apresenta-se, assim, como uma medida desproporcionada, face às razões que a (não) justificam, sendo muitas as circunstâncias que cada vez mais justificam uma reavaliação desta medida, regularmente apresentada como meramente administrativa.

Orientadores: Prof^a Doutora Amélia Polónia.

Provas Públicas: 21 de Novembro de 2011.

Autor: **Helena Raquel Silva Teixeira**

Título: ***Direitos humanos: um retrato mundial. A perspectiva dos Estados Unidos da América***

Palavras-chave: direitos humanos, definição, internacionalização, mundo, Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos, EUA.

Resumo

A dissertação divide-se em três grandes capítulos: definição teórica e internacionalização institucional dos direitos humanos, metodologias de pesquisa e escolha da técnica e, por fim, a apresentação dos resultados.

No primeiro, o conceito principal (direitos humanos) é explorado com base no seu cruzamento com temas filosóficos, civilizacionais, universalistas/relativistas, políticos, sociais e educativos; é também incluída uma descrição das instituições formais (numa perspectiva de cobertura geográfica total - União Europeia, União Africana, etc.) e não formais de actuação relevante neste âmbito.

No segundo, assinalam-se as grandes questões epistemológicas em torno da investigação em direitos humanos; mais especificamente, é indicada e descrita a pesquisa documental como técnica escolhida para a recolha de dados e, finalmente, caracterizada a fonte (Relatórios Nacionais sobre Práticas de Direitos Humanos de 2010, do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América).

No terceiro, são exploradas e analisadas as contabilizações finais por país e por categoria de direito humano, objectivos específicos da tese que se unem no geral, isto é, de obtenção de um retrato mundial de infracções quanto às práticas de direitos humanos. Tendo presente a contextualização teórica dos direitos humanos na política externa dos EUA (primeiro capítulo) e uma vez que o Departamento de Estado não procede a uma auto-análise, estão nesta última parte também presentes as contabilizações de violações de direitos humanos perpetuadas nos EUA, através, neste caso, do olhar de duas organizações não-governamentais, a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional.

Mediante critérios descritos no corpo de texto, além da listagem do número e tipos de direitos humanos infringidos em cada um dos 194 países (não incluindo os EUA pela incompatibilidade comparativa, resultante do uso de diferentes fontes), foi, como referido, possível obter as contabilizações por categoria de violação de direito humano. Estas 34 categorias foram depois agrupadas, mediante as suas características, em 11 subgrupos, que, por sua vez, se aglomeraram em 5 grandes grupos, por forma a facilitar e melhorar a interpretação dos dados. De referir que se optou por uma definição de direito humano abrangente, correspondente com a totalidade da informação presente nos Relatórios e pelas relações complexas entre os vários fenómenos sociais, algo que se reflecte na extensa quantidade de temas incluídos nas categorias. Outra nota importante prende-se com a questão do registo, feito através de expressões textuais que indicam a ocorrência significativa dos casos de violação ou infracção ou pela indicação numérica, quando disponível. Ou seja, assinalar categorias implica um grau pertinente de incidência, não se tratando de situações meramente ocasionais nesses países. Pela impossibilidade de contabilização de todos os fenómenos relacionados e em todos os países, medir a incidência por gravidade é uma tarefa demasiado complexa e, provavelmente, inexequível.

Assim, os resultados sugerem que, em média, há uma incidência, nos 5 grandes grupos, sobre violações de direitos humanos ligadas a violência, discriminação e irregularidades nos procedimentos criminais, em detrimento da liberdade de expressão e associação e outros direitos económicos e sociais. No desdobramento para os 11 subgrupos, tratamentos cruéis e violência, tráfico humano e exploração, discriminação e corrupção e impunidade, por ordem decrescente, estão presentes, em média, em mais de 150 países; irregularidades no sistema judicial, nos procedimentos de detenção e condições de prisão, outros direitos e liberdades e liberdade de expressão e associação registam-se entre 100 e 150 países; já liberdade de religião, condições para deslocados/apátridas e refugiados e assassinatos e raptos estão abaixo dos 100 países.

No total das 34 categorias, são os casos de desaparecimento ou raptos, geralmente de motivação política, que registam o valor mais baixo, mesmo que presentes em 51 países. O registo mais alto, presente em todos os 194 países, refere-se à violência contra mulheres. Numa escala de 0 a 194, verifica-se que a média global de incidência de violações de direitos humanos no mundo se situa em 135.

Orientadores: Prof. Doutor Luís Grosso Correia.

Provas Públicas: 25 de Novembro de 2011.

Autor: **Nuno Filipe Dias da Costa**

Título: ***O Norte a Sós – A Revolução do 25 de Abril de 1974 no Norte de Portugal***

Palavras-chave: História Oral; Movimento dos Capitães; Estratégia Militar; Norte de Portugal.

Resumo

A madrugada do dia 25 de Abril de 1974 deu a Portugal uma nova mão cheia de nomes de referência para a História Contemporânea. Neste grupo integram-se nomes como Otelo Saraiva de Carvalho e Salgueiro Maia, entre outros que foram o rosto visível do golpe militar que, à luz das câmaras fotográficas e na voz da rádio, se notabilizaram no dia que colocou um ponto final a mais de quarenta anos de ditadura personalizada nas figuras de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano. Todas as atenções se dirigiram para aquele grupo de homens que, cansados de uma guerra sem fim à vista e que já havia feito tombar muitos dos seus camaradas, tomou de assalto as instituições mais relevantes da capital portuguesa, ofuscando todas as outras movimentações militares que, pelo resto do país, se iam fazendo sentir de forma mais ou menos evidente. É neste contexto em particular que surge o trabalho que aqui se apresenta: criar conhecimento que leve à constatação que o 25 de Abril de 1974 não aconteceu apenas na cidade de Lisboa, valorizando as guarnições militares do Norte de Portugal que também desempenharam um papel preponderante no sucesso de uma operação maior que teve lugar em todo o território nacional português. Tendo este propósito em mente e recorrendo ao projecto de fixação de história oral iniciado pelo Professor Doutor Manuel Loff, intitulado *Para a história do 25 de Abril no Norte de Portugal – Histórias de Vida do MFA*, o autor do presente trabalho de investigação estabeleceu a ponte entre os testemunhos recolhidos junto de treze militares afectos ao Movimento dos Capitães que se encontravam ao serviço no Norte de Portugal e os dados materiais recolhidos quer junto dos arquivos da instituição militar, quer junto daqueles da Guarda Nacional Republicana.

Assim se entende a ambivalência das fontes a que se recorreu para chegar ao resultado final que é o presente documento. Se, de um lado, temos o testemunho oral dos militares que organizaram e levaram a cabo o golpe militar, do outro lado, temos a frieza dos números e dos registos escritos da época e que contém também em si elementos que fundamentam e consubstanciam a percepção daqueles militares entrevistados. Desta forma há então que perceber que fontes são estas a que se lançaram mãos e até que ponto ambas se complementam.

A importância para este estudo do projecto referido supra e iniciado pelo Professor Doutor Manuel Loff é central porquanto representa a base sobre a qual assentam quase todas as conclusões que são retiradas. Esse projecto contemplou a recolha da história de vida de treze militares do exército português (doze oficiais do quadro permanente das Forças Armadas portuguesas e um oficial miliciano), sendo que, para o presente estudo, o autor se concentrou apenas numa ínfima parte desse manancial de conhecimento. Tendo este aspecto em linha de conta, o cerne do estudo apontou para a descrição que estes militares fizeram da sua participação nos actos preparatórios e na execução propriamente dita do golpe militar no Norte de Portugal, não esquecendo, contudo, a vivência à qual foram expostos e que os levou a tomar tal atitude. Tal vivência poder-se-á resumir de uma forma algo simplista se a limitarmos à participação destes militares na guerra do Ultramar português. Esta afirmação é abalizada e materializada nas próprias entrevistas, se não vejamos: na generalidade dos casos, mais de 60% do tempo total das entrevistas recolhidas (as entrevistas tiveram uma duração que oscilou entre as seis e as doze horas) relatava a participação que estes militares tiveram naquele conflito, sendo que, entre todos, contabilizaram 32 comissões que corresponderam a um total de 65 anos nos territórios ultramarinos portugueses. Ora, não é de espantar que este período experienciado pelos entrevistados numa fase tão prematura das suas vidas (partem geralmente para a sua primeira comissão quando têm, em média, 23 anos), os marque de forma tão permanente, sendo a marca indelével deixada em si pela participação no conflito a principal alavanca que os impulsiona a tomar uma posição perante um governo que não se revelava capaz de colocar um ponto final a um conflito que, literalmente, consumia uma cada vez maior fatia da juventude portuguesa. Para contrabalançar a visão que os militares de carreira traziam a esta amostra, foi também entrevistado um oficial miliciano que, dado o seu percurso académico, trouxe uma nova perspectiva que se contrapunha àquela castrense relatada até aqui. Este oficial frequentou o curso de Direito numa conturbada Universidade de Coimbra pontuada regularmente por períodos de convulsões estudantis,

particularmente aqueles que se deram em 1969 e nos quais este entrevistado participou. Forçado a dar início à sua carreira de causídico mesmo antes de ter terminado o curso por força de um castigo a si aplicado pelos próprios pais que lhe suspenderam o financiamento dos estudos devido às suas atitudes contestatárias, cedo se envolveu no apoio legal às estruturas sindicais da cidade do Porto, particularmente aquela do Sindicato dos Metalúrgicos desta cidade. Portador deste tipo de conhecimento académico e político, complementa a visão dos militares, particularmente aqueles a exercer funções no Centro de Instrução de Condutores Auto n.º 2 (CICA2) de cujos quadros passa também a fazer parte na segunda metade do ano de 1973. É então nesta unidade militar da cidade do Porto que se encontram colocados os principais elementos contestatários havendo, contudo, militares afectos ao Movimento dos Capitães espalhados pela generalidade das unidades militares do Norte do país.

Em termos estratégicos, era assumido pela generalidade dos militares que a única força que se poderia de alguma forma opor a uma tomada de posição do Movimento dos Capitães seria a Guarda Nacional Republicana (GNR), força de segurança militarizada que se encontrava implantada por todo o país junto da população e que representava para esta a face visível do regime tal era a sua ligação intestina ao poder central. É precisamente neste ponto que assume particular importância a pesquisa por parte do investigador junto de fontes disponíveis para aferir se, de facto, aquela força militarizada disporia de meios, quer humanos, quer materiais, para fazer frente a um movimento nacional encetado pelas Forças Armadas. Assim, havia que recorrer a duas fontes arquivísticas primordiais: do lado do Exército, o Arquivo Geral do Exército, e do lado da GNR, o Arquivo do Comando Territorial do Porto daquela força de segurança. Os resultados desta pesquisa não poderiam ter sido mais esclarecedores porquanto ilustradores da grandeza de cada uma das forças em possível conflito. Do lado do Exército, e através de um documento designado de *Registos Gerais* (documento no qual era registado o nome e patente de cada um dos militares presentes na unidade para efeitos de alimentação e abono), foi possível aferir do número de efectivos de cada uma das unidades. Tratando-se de uma força militarizada que bebe muitas das suas doutrinas junto das Forças Armadas, foi tentada solução idêntica junto da GNR, tendo-se essa possibilidade revelado gorada, uma vez que o Arquivo referido supra não dispunha de tais documentos. Logo, havia que encontrar uma alternativa que se veio a revelar em dois tipos de documentos: as *Ordens de Serviço* (documento onde se registam entradas e saídas de pessoal e de material, pessoal de serviço, castigos, dispensas, etc.) e as *Classes de Comportamento* (documento decorrente do Regulamento de Disciplina Militar e que inscreve cada um dos militares dentro de uma determinada classe, determinada pela sua dedicação e empenho tal como percebido pelos seus superiores hierárquicos).

Estabelecido o contraste em termos de efectivo entre as forças em conflito latente naquela madrugada de Abril, foi possível perceber algumas das movimentações estratégicas empreendidas. Da parte do Exército a liberdade de movimentos foi total não encontrando qualquer tipo de oposição por parte da GNR, tendo-se registado apenas algumas trocas de tiros em cenas esporádicas, nomeadamente na repressão de ajuntamentos de populares levada a cabo pela Polícia de Segurança Pública na Praça da Liberdade. Foi assim, desta forma aparentemente imaculada, que se deu a tomada do controlo da cidade do Porto pelas forças afectas ao Movimento dos Capitães por parte de um punhado de homens que, apesar de se encontrarem longe do centro de ebulição da revolução, tudo fizeram para garantir o sucesso nacional da *Revolução dos Cravos*.

Sendo um dos principais ensejos almejados por qualquer investigador o preenchimento de uma lacuna de conhecimento, julga-se que, com este trabalho, esse espaço foi preenchido, em grande medida através da fixação da história oral de alguns daqueles que lançaram mãos para a prossecução dos objectivos anunciados pelo Movimento dos Capitães. Desta forma, a presente investigação mais não faz do que verter luz sobre a participação quase esquecida, porém primordial, dos militares a norte do rio Douro e que em muito contribuiu para o sucesso nacional da operação *Fim Regime*.

Orientadores: Prof. Doutor Manuel Vicente de Sousa Lima Loff

Data de defesa: 12 de Dezembro de 2011.

Autor: **Lisa Alves Dequech**

Título: ***Os estudantes estrangeiros na Universidade do Porto: a aprendizagem numa perspetiva intercultural***

Palavras-chave: Cooperação internacional, Universidade, mobilidade estudantil internacional, migração estudantil, comunicação intercultural.

Resumo

O trabalho apresentado tem como objeto um estágio no âmbito do mestrado em História, Relações Internacionais e Cooperação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este estágio teve lugar no Serviço de Relações Internacionais da Reitoria da Universidade do Porto. As atividades foram especialmente direcionadas para a mobilidade de estudantes estrangeiros na Universidade do Porto, particularmente ao abrigo de programas de mobilidade no âmbito de programas comunitários como o *Life Learning Programme (Erasmus e Leonardo da Vinci)*, ou do programa *Erasmus Mundus*, bem como de programas não-comunitários como o programa *Fulbright*, e de acordos de cooperação com instituições parceiras.

Neste sentido, participei ativamente nas atividades decorrentes do funcionamento habitual do Serviço e da Unidade da Mobilidade *Incoming*, prestando igualmente contributos originais de acordo com os objetivos gerais e específicos atribuídos no meu projeto de estágio. Foi partir daqui que toda a análise crítica sobre mobilidade e migração estudantil despoletou. Através de um contacto direto com os estudantes de mobilidade e ainda por via de inquérito e de entrevistas exploratórias a este universo de intervenção (estudantes estrangeiros que realizaram um período de mobilidade na U.Porto), conjugado com a análise de documentação e revisão de literatura e contributos teóricos sobre o assunto, foi-me possível produzir esta reflexão e chegar às conclusões descritas neste trabalho.

Ao longo do trabalho desenvolvido, pude adquirir a experiência desejada na área da Cooperação Internacional ao nível do ensino superior e constatar o papel relevante da Universidade do Porto no que à mobilidade estudantil internacional diz respeito. Também o facto de trabalhar num ambiente multicultural, e o contacto privilegiado com os estudantes e investigadores estrangeiros, me proporcionou o desenvolvimento de competências interculturais e linguísticas, bem como aptidões técnicas, pessoais e humanas. Esta experiência foi muito positiva para mim tanto no contexto profissional como pessoal. Assim, espero que também o trabalho por mim desenvolvido tenha sido relevante para a instituição, e para os estudantes estrangeiros recebidos na Universidade do Porto que participaram neste projeto.

O objetivo principal da investigação foi produzir uma reflexão crítica acerca da mobilidade e migração internacional estudantil despoletada pelas atividades levadas a cabo ao longo do estágio e, em particular desta mobilidade na Universidade do Porto. Através de uma abordagem do ponto de vista sociocultural, com a finalidade de compreender o apoio prestado a estes estudantes, tentámos definir este universo, no sentido de não o considerar apenas enquanto objeto de estudos estatísticos, indo além da simples contagem de indivíduos e determinando as características destes estudantes, os motivos que os movem na escolha do destino de mobilidade, e quais as expectativas relativamente à U. Porto.

Assim, pretendeu-se descobrir em que medida os estudantes que experienciaram um período de mobilidade na Universidade do Porto sentem que este os afetou e transformou em termos pessoais e individuais; e em termos de planos para o futuro, e migrações futuras. Neste sentido, o inquérito apresentado foi também concebido para testar esses dois conjuntos de hipóteses formuladas previamente: primeiro que a experiência de formação pode ser encarada como etapa prévia de uma tentativa de imigração; ou que existe uma relação entre a mobilidade estudantil e um subsequente comportamento migratório; e em segundo lugar que esta experiência promove o desenvolvimento de uma identidade mais diversificada, de uma abertura internacional que se opera através da transformação individual despoletada pela familiaridade com o estrangeiro.

Este trabalho, e os seus resultados constituem uma modesta tentativa de captar alguns elementos da experiência dos estudantes de mobilidade internacional na Universidade do Porto. O que se pretende é apresentar um pequeno estudo de caso do impacto da mobilidade internacional, na instituição e especificamente a um nível mais individual e relacionado com a experiência dos estudantes, em si.

Orientadores: Professor Doutor Manuel Loff

Data de defesa: 22 de Novembro de 2011

